

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 108

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 13 DE AGOSTO DE 2001

ANO XXVII

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PTB

ELIO RUSCH

1º Vice-Presidente - PFL

IRINEU COLOMBO

2º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

3º Vice-Presidente - PSDB

VALDIR ROSSONI

1º Secretário - PTB

ANTONIO ANIBELLI

2º Secretário - PMDB

CESAR SELEME

3º Secretário - PPB

EDNO GUIMARÃES

4º Secretário - PSL

NELSON GARCIA

5º Secretário - PFL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Durval Amaral</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PTB</i>	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i>	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PMDB</i>	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Hermes Fonseca</i>
<i>PDT</i>	<i>Luiz Carlos Zuk</i>
<i>PSL</i>	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i>	<i>Divanir Braz Palma</i>
<i>PL</i>	<i>Serafina Carrilho</i>
<i>PSB</i>	<i>Moysés Leônidas</i>

Representação Partidária

PFL - 09: Custódio da Silva - Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães; PTB - 09: Ademar Traiano - Algaci Tulio - Carlos Simões - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Justus (licenciado) - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PSDB - 06: Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gaucho - Sérgio Spada; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PSL - 04: Antonio Carlos Belinati - Edno Guimarães - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; PDT - 02: Eli Ghellere - Luiz Carlos Zuk; PL - 02 - Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSB - 02: Moysés Leônidas - Ricardo Maia; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PPS - 02: Marcos Isfer - Cezar Silvestri; PSC - 01: Miltinho Pupio.

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 071ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
13 DE AGOSTO DE 2001**

(segunda-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Valdir Rossoni e Antonio Anibelli.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Ângelo Vanhoni, Antonio Carlos Belinati, Basílio Zanusso, Beraldin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Custódio da Silva, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Eli Ghellere, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczy, Plauto Miró Guimarães, Renato Gaúcho, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 2468

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER,

após ouvido o douto Plenário, regime de urgência à tramitação do Projeto de Lei nº 335/2001, oriundo da Mensagem Governamental nº 028/2001, que dispõe sobre recursos do Fundo de Desenvolvimento Urbano dos municípios, quando integralizarem o capital da Agência de Fomento e serão aplicados através dos municípios.

Sala das Sessões, em 13.08.2001.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 2426

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja suspenso o trâmite do Projeto de Lei nº 173/2001, de autoria deste parlamentar que restringe a gratuidade nos cursos de graduação oferecidos pelas universidades públicas estaduais.

Sala das Sessões, em 13.08.2001.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

REQUERIMENTO Nº 2441

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que o Projeto de Resolução nº 006/2000, que convoca plebiscito entre os eleitores paranaenses para decidir a venda pelo Governo do Paraná do controle acionário da Copel, seja arquivado.

Sala das Sessões, em 13.08.2001.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 2470

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sua inscrição para uso da tribuna na Sessão Plenária de amanhã, 14 de agosto de 2001, no Grande Expediente.

Sala das Sessões, em 13.08.2001.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 2457

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais e legais, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER a inscrição para o Grande Expediente da Casa, nos dias 14 e 15 de agosto de 2001.

Sala das Sessões, em 13.08.2001.

(a) NEIVO BERALDIN

REQUERIMENTO Nº 2458

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais e legais, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER que seja realizado Sessão da Assembléia Legislativa do Estado do

Paraná no município de Paranaguá, no dia 12 de setembro às 19h30min.

Na referida Sessão, serão tratados assuntos de interesse do litoral do Estado e ficará a cargo do senhor presidente deliberar assuntos referentes ao Paraná.

Sala das Sessões, em 13.08.2001.

(a) NEIVO BERALDIN

REQUERIMENTO Nº 2430

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Sebastião Bernardo da Silva, aos 72 anos de idade, nesta Capital. Era uma pessoa muito querida pelos seus familiares, amigos, e conhecidos, deixando muitas saudades em todos. Recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e, apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 13.08.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2431

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Darci Andrade de Jesus, nesta Capital. Era uma pessoa muito querida pelos seus familiares, amigos e conhecidos, deixando muitas saudades em todos. Recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento. Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 13.08.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2432

Senhor Presidente:

O deputado subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento da Sra. Rosa de Souza Pinto, aos 91 anos de idade, nesta Capital. Era uma pessoa muito querida pelos seus familiares, amigos, e conhecidos, deixando muitas saudades em todos. Recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e, apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 13.08.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2455

Senhor Presidente:

O deputado subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento do Tenente Heitor de Oliveira, aos 82 anos de idade, nesta Capital. Era uma pessoa muito querida pelos seus familiares, amigos, e conhecidos, deixando muitas saudades em todos. Recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e, apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 13.08.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2456

Senhor Presidente:

O deputado subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento da Sra. Itália Aurora Barichello Mosele, aos 94 anos de idade, nesta Capital. Era uma pessoa muito querida pelos seus familiares, amigos, e conhecidos, deixando muitas saudades em todos. Recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e, apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 13.08.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2459

Senhor Presidente:

O deputado subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Carlos André Libânio da Silva, mais conhecido como "Mestre Libânio", nesta Capital. Era uma pessoa muito querida pelos seus familiares, amigos, e conhecidos, deixando muitas saudades em todos. Recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e, apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 13.08.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2454

Senhor Presidente:

O deputado subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. João Maga-

lhães, aos 86 anos de idade, nesta Capital. Era uma pessoa muito querida pelos seus familiares, amigos, e conhecidos, deixando muitas saudades em todos. Recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e, apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 13.08.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2460

Senhor Presidente:

O deputado subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento da Sra. Fani Cúnico, nesta Capital. Era uma pessoa muito querida pelos seus familiares, amigos, e conhecidos, deixando muitas saudades em todos. Recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e, apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 13.08.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2445

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de pesar à família enlutada do jornalista João Silveira Filho, falecido em data de 23 de julho nesta Capital.

Sala das Sessões, em 13.08.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Faleceu em nossa Capital, em data de 23 de julho do corrente, o jornalista João Silveira Filho. Aos 74 anos, foi vítima do agravamento de problemas pulmonares.

O jornalista era fervoroso torcedor do Ferroviário - time que deu origem ao Colorado e que mais tarde uniu-se ao Clube Pinheiros para formar o atual Paraná Clube. Tanto amor ao esporte levou-o a ingressar na carreira de jornalista como repórter do jornal Paraná Esportivo. Depois desta experiência neste jornal (do qual também era sócio), Silveira especializou-se nas atividades de relações públicas e assessoria de imprensa. A partir da década de 50 ele passou a ser reconhecido como um dos melhores profissionais do Paraná nesta área.

O jornalista trabalhou também para a Companhia Força e Luz do Paraná e também foi assessor de imprensa na gestão de Saul Raiz na Prefeitura de Curitiba, de 1975 a 1979. Entre as obras de grande repercussão nos meios de comunicação que marcaram a passagem de Silveira por órgãos públicos, estão a construção da Cidade Indus-

trial de Curitiba (CIC) e a Avenida Comendador Franco (Avenida das Torres).

De 1979 a 1982, no Governo Ney Braga, Silveira foi assessor de imprensa do então secretário da Agricultura, Reinhold Stephanes. A carreira do jornalista se encerrou no Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), onde ele era relações públicas.

Por quatro anos o jornalista foi eleito Relações Públicas do Ano pelo prêmio Melhores do Ano promovido pelo jornal Diário Popular. A passagem de Silveira pela imprensa também é lembrada por sua participação ativa nas negociações em defesa das reivindicações da categoria dos jornalistas.

Pelos importantes serviços prestados pelo jornalista João Silveira Filho ao nosso Estado, devemos a ele nossos mais sinceros agradecimentos. À sua família enlutada (Rua Frederico Maurer, 3450 - Boqueirão - 81670-020 - Curitiba - PR), os votos de pesar do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 2440

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado nos Anais desta Casa, voto de pesar pelo falecimento do Sr. Vitélio Dal'Bem, ocorrido em data de 28 de julho de 2001, na cidade de Brasilândia do Sul.

Sala das Sessões, em 13.08.2001.

(a) DUÍLIO GENARI

JUSTIFICATIVA:

Perde o município de Brasilândia do Sul mais um pioneiro, que teve grande participação no desenvolvimento da então desconhecida terra brasiliense. Brava gente, firme, decidido, pessoa destacada, respeitada e admirada em toda a região, pelo seu modo de ser, sentir e agir como cidadão responsável e preocupado com tudo que dizia respeito ao bem coletivo e desenvolvimento do município que escolheu para si e sua família viver.

A Assembléia Legislativa do Paraná se associa à dor da família enlutada, transmitindo suas condolências para esposa, filhos, parentes e amigos.

REQUERIMENTO Nº 2413

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, votos de congratulações e aplausos ao município de Ângulo, pela passagem de seus 11 anos de emancipação política dia 03 próximo.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dado ciência ao Sr. José Manoel Campos Silva, prefeito municipal; ao vice-prefeito, Sr. Moisés Gomes da Silva, bem como a todos os senhores vereadores para que, em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam

e transmitam a toda a população de Ângulo, as homenagens ora prestadas.

Sala das Sessões, em 13.08.2001.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Dia 03 de setembro de 2001, marcará a data da comemoração dos 11 anos de emancipação política de Ângulo, que será celebrado festivamente por toda a população.

Falemos um pouco sobre o histórico do município. A formação da primeira povoação do atual município é obra de Basílio Pertesew, Dimitri Novikov e George Telmanas, abnegados desbravadores de origem russa, que na década de quarenta, adquiriram da Companhia de Terras Norte do Paraná, uma área para formarem fazendas de café. Denominaram a propriedade de Fazenda Dois Irmãos.

Vislumbrando a possibilidade de se formar uma cidade, os pioneiros separaram uma área de 30 alqueires. O projeto urbanístico da povoação foi traçado pelo engenheiro Novikov, e passou a ser chamada Ângulo. Domingos Gasques foi o primeiro comerciante, Geraldo Takaki levantou a primeira serraria, Pedro foi o primeiro farmacêutico e Orlando Silveira o primeiro dentista.

A primeira capela do patrimônio foi feita por George Felmans em terreno doado por Jean Chadzinski e Basílio Pertesew, sendo intronizada a imagem de Santo Antonio. Na parte baixa da cidade, João Gasques edificou outra capela dedicada a São João Batista. No ano de 1950 foi construída a Escola José de Anchieta, tendo como primeira professora dona Clementina Silveira, secudanda por Anésia Vieira de Andrade, Lucila Piermini e Carlos Eugênio da Silva.

De conformidade com a Lei nº 172, de 12 de setembro de 1961, foi criado o Distrito Administrativo de Ângulo.

O município foi criado em 03 de setembro de 1990 pela Lei Estadual nº 9357, com território desmembrado do município de Iguaraçu e a instalação deu-se em 01 de janeiro.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste deputado, congratula-se com todos aqueles que, enfrentando todos os obstáculos continuam dando o melhor de seus esforços em prol do desenvolvimento cada vez maior do seu município. Portanto, nada mais justo que prestemos nossa homenagem de gratidão e reconhecimento a toda a população de Ângulo, na significativa data da comemoração de mais um aniversário de sua emancipação política.

REQUERIMENTO Nº 2424

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo, votos de aplausos e congratulações ao Sr. Cassiano Portes, do CTG Manotaço, pela conquista

do prêmio Campeão Individual, no 10º Encontro Nacional dos Campeões, na Granja do Torto, em Brasília, nos dias 26 a 29 de julho do corrente ano.

Sala das Sessões, em 13.08.2001.

(a) CESAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

O 10º Rodeio Nacional dos Campeões, realizado em Brasília no mês de julho, onde reuniram-se vários CTG's, representando os seus respectivos Estados, com apresentação de várias provas, nas diversas modalidades como laço, rédeas, gineteadas e ainda nas invernadas artísticas onde se apresentaram vários grupos folclóricos regionais.

Na soma dos pontos nas várias modalidades, o Estado do Paraná sagrou-se campeão, na contagem geral dos pontos.

REQUERIMENTO Nº 2425

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo, votos de aplausos e congratulações ao Sr. Juarez da Cruz, patrão do CTG Rancho Alegre, pela conquista do 3º lugar - Laço Patrão, na modalidade "Patrão", no 10º Encontro Nacional dos Campeões, na Granja do Torto, em Brasília, nos dias 26 a 29 de julho do corrente ano.

Sala das Sessões, em 13.08.2001.

(a) CESAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

O 10º Rodeio Nacional dos Campeões, realizado em Brasília no mês de julho, onde reuniram-se vários CTG's, representando os seus respectivos Estados, com apresentação de várias provas, nas diversas modalidades como laço, rédeas, gineteadas e ainda nas invernadas artísticas onde se apresentaram vários grupos folclóricos regionais.

Na soma dos pontos nas várias modalidades, o Estado do Paraná sagrou-se campeão, na contagem geral dos pontos.

REQUERIMENTO Nº 2428

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, REQUER, após ouvido o Plenário, que sejam enviados votos de congratulações à comunidade do município de Goioerê, pelas comemorações alusivas aos 46 anos de emancipação político-administrativa do município, em 10 de agosto do corrente ano.

Sala das Sessões, em 13.08.2001.

(a) NELSON TURECK

REQUERIMENTO Nº 2429

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Nicolau Splaser e Isabel Koslowski Splaser, que completou 25 anos de união conjugal, celebrando bodas de prata. Foram muitos anos de vida em comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união. Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos esses anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos.

Somamos aos demais pares desta Casa de Leis, os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 13.08.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2438

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de congratulações ao Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) pela comemoração de seus 40 anos de atividade.

O BRDE é uma importante ferramenta para o desenvolvimento dos três Estados, mesmo com as diversidades políticas existentes, mas com coincidência de interesses. Reestruturado, aumentou o volume de aplicações, recuperou créditos e está realizando ações de democratização de financiamento especialmente à agroindústria, estabelecendo relações cada vez mais próximas e qualificadas com as prefeituras, informatizando suas estruturas e realizando concurso público para a recomposição de seus quadros funcionais.

Requer ainda, que da decisão desta Casa, seja dado ciência ao presidente do BRDE, Carlos Henrique Horn, na Av. João Gualberto, 530 - Curitiba, parabenizando-o, assim como os diretores e demais funcionários pela dedicação e pelos serviços prestados ao Banco, principalmente em alguns momentos difíceis, para que o BRDE pudesse dar continuidade à sua extraordinária tarefa de fortalecer a economia dos três Estados do Sul.

Sala das Sessões, em 13.08.2001.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 2439

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam concedidos votos de congratulações à Rádio Emissora Sant'Ana pela comemoração dos 40 anos de atividade em Ponta Grossa e nos Campos Gerais.

Desde 1995, quando a rádio voltou para as mãos da Diocese e passou a integrar a Rede Católica de Rádio, a mudança foi radical. Entre as emissoras que integram a rede, a Sant'Ana é considerada uma das três melhores do Brasil em estrutura e equipamentos. Totalmente digitalizada, e com potência de 5 mil watts - a maior da cidade - abrange um público de quatro milhões de pessoas no Paraná, algumas cidades de São Paulo e Santa Catarina.

No ar 24 horas por dia, a programação conta com dois jornais, boletins informativos de hora em hora, pensamentos e reflexões de otimismo, esportes, informações de utilidade pública, rádio interativo com a participação do ouvinte, música, orientações jurídicas, com o objetivo principal de valorizar a verdade e buscar o crescimento do senso crítico do ser humano, e levar o Evangelho através das ondas do rádio.

Requer ainda, que da decisão desta Casa seja dado ciência ao bispo Dom João Braz de Aviz, e ao padre Francisco Carlos Bach - Diretor Geral da rádio, na Praça Marechal Floriano Peixoto, 581 - Ponta Grossa - PR.

Sala das Sessões, em 13.08.2001.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 2442

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à Associação dos Municípios Portuários, pela eleição e posse de sua nova diretoria - biênio 2001/2003.

Sala das Sessões, em 13.08.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A Associação Brasileira dos Municípios Portuários elegeu sua nova diretoria para o biênio 2001/2003, no XII Congresso Nacional dos Municípios Portuários, realizado em Vila Velha - ES. A nova diretoria tomou posse em data de 20 de julho de 2001, no município de Paranaguá, que ficou assim constituída:

Presidente:	Mário Manoel das Dores Roque	Paranaguá - PR
Vice-presidente:	Luiz Carlos Cacá Gonçalves	Aracruz - ES
Secretário:	Túlio Fortes	Cáceres - MT
Tesoureiro:	Jandir Bellini	Itajaí - SC
Diretor Reg. Sul:	Odilon Ferreira Oliveira	S. Fco.do Sul - SC
Dir.Reg.Nordeste:	José Ribeiro Júnior	Cabedelo - PB
Dir. Reg. Norte:	Rosemiro Rocha Freires	Santana - AP
Dir.Reg.Sudeste:	Max Freitas Mauro Fº	Vila Velha - ES

A toda nova diretoria eleita da Associação Brasileira dos Municípios Portuários (Rua Júlia da Costa, 322 - Cx. Postal 21 - 83203-060, Paranaguá - PR), com desejo

de sucesso ao evento, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 2443

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Graciosa Country Club, pela comemoração de seus 74 anos.

Sala das Sessões, em 13.08.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O Graciosa Country Club completou durante o mês de julho os seus 74 anos de existência.

O Graciosa, como é carinhosamente chamado pelos curitibanos, é um dos mais tradicionais clubes da nossa Capital. Localizado próximo ao centro da cidade, o local é freqüentado pelas famílias tradicionais paranaenses.

Até pouco tempo o Graciosa era especializado no golfe e no tênis, mas agora passou a investir na estrutura para a prática de outros esportes. O campo de golfe quase no centro da cidade é um diferencial entre as cidades brasileiras e ali já treinaram grandes nomes do ranking de competidores, como o campeão brasileiro Ivo Leão. Além do golfe, outros esportes ganham espaço como o squash e o tênis.

De sua fundação para cá, o clube cresceu muito. Atualmente está funcionando na sua capacidade total, para seus 3.000 sócios. O clube possui um estatuto bastante restrito quanto à admissão de novos sócios, o que faz com que sua renovação limite-se a 7 ou 8 novos sócios a cada ano.

Pela comemoração de seus gloriosos e tradicionais 74 anos, receba o Graciosa Country Club (Av. Munhoz da Rocha, 1146 - CEP 80035-000 -Curitiba-PR), através de seu presidente, Sr. João Manoel de Oliveira Franco - os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 2444

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à Academia Paranaense de Medicina, pela eleição e posse de sua nova diretoria, biênio 2001/2003.

Sala das Sessões, em 13.08.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A Academia Paranaense de Medicina elegeu sua nova diretoria para o biênio 2001 - 2003 que tomou posse em data de 20 de julho de 2001, nesta capital que ficou assim constituída.

- Presidente - Ac. Ari Leon Jurkiewicz

- Vice-presidente - Ac. Lorete Maria da Silva Kotze

- Secretário geral - Ac. Amauri José Piazza

- Secretário Adjunto - Ac. Sérgio Fonseca Tarlé

- 1º Tesoureiro - Ac. Sanito Wilhelm Rocha

- 2º Tesoureiro - Ac. Fernando Silvira Picheth

- 1º Diretor Científico - Reginaldo Werneck Lopes

- 2º Diretor Científico - Ac. José Fernando Macedo

- Diretor de Patrimônio - Ac. Carlos Augusto

Moreira.

CONSELHO FISCAL:

Titulares:

Ac. Ary de Christian

- Suplente: Ac. Giocondo Villanova Artigas

Ac. João Gualberto de Sá Scheffer

- Suplente: Ac. João Batista Marchesini

Ac. Wadir Rupollo

- Suplente: Ac. Calixto Antonio Hakim Neto

A toda a nova diretoria da Academia Paranaense de Medicina (Associação Médica do Paraná - Rua Cândido Xavier, 575 - Água Verde - 80240-280 - Curitiba PR), com desejo de sucesso na nova gestão, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 2446

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à Ceasa - Central de Abastecimento do Paraná, pela comemoração de seus 25 anos.

Sala das Sessões, em 13.08.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A Central de Abastecimento do Paraná - Ceasa está completando seus 25 anos. Foi inaugurada oficialmente em 06 de agosto de 1976 pelo então presidente da República, Ernesto Geisel, tendo como governador do Estado do Paraná, o Sr. Jaime Canet Júnior, e prefeito de Curitiba o Sr. Saul Raiz.

Nos primeiros seis meses de atividade o volume comercializado da Ceasa chegou a 83 mil toneladas de produtos e já no ano seguinte a comercialização da unidade dobrou, chegando a 195 mil toneladas.

A unidade curitibana ocupa a quarta colocação no País entre as empresas do gênero. Nesses 25 anos a Ceasa/PR movimentou 10 milhões, 721 mil toneladas de hortifrutigranjeiros. A média anual da unidade, de 681 mil toneladas tem se mantido proporcional também ao movimento das outras quatro Ceasas no Estado - Maringá, Londrina, Foz do Iguaçu e Cascavel.

Pela comemoração de seus gloriosos 25 anos, ajudando a movimentar a economia do nosso Paraná, receba a Central de Abastecimento do Paraná Ceasa (Av. João Gualberto, 1740 - 4º andar - Juvevê - 80030-001- Curitiba/PR), através de seu presidente, Sr. José Lupion Neto

os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 2447

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER à d. Mesa Executiva da Assembléia Legislativa, a inserção na Ata dos trabalhos da presente Sessão, de votos de louvor e congratulações com o Instituto Histórico e Geográfico do Paraná, Biblioteca Pública do Paraná e Prefeitura de Rio Negro, pela iniciativa de trazerem a Curitiba a exposição Rio Negro em Fotos, e à pesquisadora Maria da Glória Foohs que, há mais de 10 anos vem realizando um formidável trabalho pela cultura paranaense, através do acervo de mais de 5 mil fotos históricas da cidade de Rio Negro e do Paraná.

A história de um povo é a sua alma e, na exposição, que permanece aberta até o próximo dia 30 na Biblioteca Pública do Paraná, fotos algumas de mais de 100 anos, contam episódios da história do nosso Paraná, merecendo ser vistas pelos curitibanos.

Requer ainda que, uma vez aprovado o presente, que do mesmo se dê conhecimento ao Sr. Lauro Grein, presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná, ao prefeito Municipal de Rio Negro, à senhora Marilena Milarch, Diretora da Biblioteca Pública do Paraná e senhora Maria da Glória Foohs.

Sala das Sessões, em 13.08.2001.

(a) ALGACI TULIO

REQUERIMENTO Nº 2452

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o d. Plenário, envio de congratulações ao Dr. Ubirajara Carlos Mendes, nomeado Juiz do TRT/PR (9ª Região, Rua Dr. Vicente Machado, 147, CEP 80420-010, Curitiba/PR), na representação do quinto constitucional dos advogados.

Sala das Sessões, em 13.08.2001.

(a) ELI GHELLERE

REQUERIMENTO Nº 2453

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o d. Plenário, envio de congratulações à nova diretoria da UVEPAR (União dos Vereadores do Paraná, eleita para o biênio 2001/2003).

A nova diretoria da UVEPAR tem a seguinte composição: DIRETORIA: Presidente, Edson Antônio Primmon (Matelândia); 1º vice-presidente, Fábio Camargo (Curitiba); 2º vice-presidente, Alfeu Ribas Kramer (Guarapuava); 3º vice-presidente, Aristóteles Santos Filho (Fênix); secretário geral, Rogério Quadros (Ponta Grossa); 1º secretário, Carlos Roberto Rasteiro (Cambé);

2º secretário, Ovídio Alves Teixeira (Cidade Gaúcha); tesoureiro geral, Holdi Romer (Pato Bragado); 1ª tesoureira, Maria Helena Barp (Medianeira); 2º tesoureiro, Nelson Pauli (Três Barras do Paraná); Procurador Jurídico, Edoel Rocha (Campo Mourão); Comunicação Social, Luiz Fernando Maluf (Wenceslau Braz); diretor de Agricultura, Haroldo Fernandes Duarte (Ubiratã); diretor de Assuntos Sociais, Jorge Silva de Freitas (Matinhos); diretoria Mercosul, Cleuza Picouto (Foz do Iguaçu); diretor de juventude, Valdir Pio da Costa (Juranda); diretor de educação, Sérgio Andrekiewicz, (União da Vitória); diretor de Meio Ambiente, Reinaldo Vilela (Cascavel); diretor de Assuntos Urbanos, Celso Saggiorato (Ampére); diretor de Assuntos Metropolitanos, Antonio Bueno (Curitiba); diretor de Indústria e Comércio, Carlos Lima (Ubiratã); diretor de Integração Municipal, Joanis Pereira (Boa Ventura do São Roque); diretor de Assuntos Internos, Fábio Marcelo Chiqueto (Rebouças); diretor de Assuntos Sindicais, Jorge Zen (Irati); diretor de Turismo, Adilson Rabelo (Foz do Iguaçu); diretor de Assuntos Legislativos, Valdir da Silva (Cafelândia); diretor de Transporte, Nelson Canan (São João); Conselho de Contas: presidente, Cleberson Nazareth (Wenceslau Braz), membros, Dirceu Fiorentin (São José das Palmeiras), Odetino de Oliveira (São Sebastião da Amoreira) e Lourdes Aparecida da Silva Narciso (Ibiporã); Suplentes, Elionai José Vaz (Adrianópolis), Moacir José Adão (Moreira Sales), Amarildo Aparecido Soares (Alvorada do Sul) e Valdir Cabral (Inácio Martins); Conselho Estadual de Servidores: Presidente, Relindo Schlegel (Curitiba); Membros, Ana Cristina (Santa Helena), Raul Lopes (Umuarama), Waldir Edson Paulini (Ubiratã) e Nívea Mello (Ariranha do Ivaí); suplentes, Carlos Alberto Serpeloni (Cambé), João Magno Moreira (Laranjeiras do Sul), Carlos Lopatiuk (Ponta Grossa) e Amir Silveira (Toledo).

Sala das Sessões, em 13.08.2001.

(a) ELI GHELLERE

REQUERIMENTO Nº 2466

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o d. Plenário, envio de congratulações à OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), seccional do Paraná, pela passagem do Dia do Advogado, em 11 de agosto.

Sala das Sessões, em 13.08.2001.

(a) ELI GHELLERE

REQUERIMENTO Nº 2435

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais e legais, após ouvido o d. Plenário, respeitosamente, REQUER:

1 - Seja o diretor-presidente da Sanepar, Sr. Carlos Afonso Teixeira Freitas, convocado por este Plenário a comparecer nesta Casa de Leis, onde prestará informa-

ções ao Plenário assim esclarecendo os seguintes questionamentos:

a) Por que, mesmo possuindo relatórios elaborados em conjunto pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SEMA, Instituto Ambiental do Paraná - IAP e GTZ (Empresa Alemã de cooperação técnica conveniada à SEMA) no qual se constatou que a Represa do Iraí apresentava condições pouco favoráveis para a captação de água para o consumo humano e concluindo pela não instalação da barragem naquele local, a Sanepar executou a obra à revelia?

b) Por que, mesmo possuindo o relatório da empresa portuguesa COBA contratada pela própria Sanepar, que relatava que pela conformidade da represa ela teria algas, a Sanepar, construiu a represa mesmo assim?

c) Por que a Sanepar não se preveniu para não receber os dejetos (esgoto e lixo) do Complexo Penitenciário (Hospital Psiquiátrico Adalto Botelho, Penitenciária Central do Estado - PCE e Penitenciária Feminina) na Represa do Iraí?

d) Por que a Sanepar vai transferir o esgoto dos presídios para a estação de tratamento de Piraquara, se o mesmo novamente irá ser despejado no Rio Iraizinho, que também faz parte da captação de água?

e) O que a Sanepar tem a esclarecer à população de Curitiba e Região Metropolitana a respeito da qualidade de água oferecida?

2 - Faça-se acompanhar o Sr. presidente Carlos Afonso Teixeira Freitas, da Sanepar, por representantes da empresa responsável pelo serviço de limpeza da área hoje alagada.

Sala das Sessões, em 13.08.2001.

(a) NEIVO BERALDIN

REQUERIMENTO Nº 2451

Senhor Presidente:

Os deputados que o presente subscrevem no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUEREM a constituição de uma Comissão especial, composta de 07 membros e com prazo de duração de 60 dias, para apurar denúncias de fraudes e desvio de recursos público na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste).

Nestes termos pedem deferimento, conforme dispõe o Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 13.08.2001.

(aa) Sérgio Spada, Hermes Fonseca, Waldyr Pugliesi, Nereu Moura, Cezar Silvestri, Marcos Isfer, Tony Garcia, Irineu Colombo, Eli Ghellere, Luiz Carlos Zuk, Orlando Pessuti, Renato Gaúcho, Ângelo Vanhoni, Ademir Bier, Augustinho Zucchi, Luciana Rafagnin, Cesar Seleme, José Maria Ferreira, Edson Strapasson e Pastor Edson Praczyk.

JUSTIFICATIVA:

A Unioeste é a mais nova das instituições públicas de ensino superior do Paraná. Em um curto espaço de tempo atingiu um patamar de excelência em educação

sendo reconhecida nacionalmente pela qualidade dos serviços prestados à comunidade, deixando a população do Oeste e Sudoeste do Estado orgulhosa de seus feitos. Por isso não se pode admitir que pessoas inescrupulosas atenem contra esse patrimônio.

Denúncias existentes versam sobre vários tipos de crimes, entre os quais: desvio de dinheiro público, fraude na realização de recursos públicos para a contratação de pessoal e desvios de outros recursos que deveriam estar sendo aplicados como subsídios no desenvolvimento da instituição.

Diante do exposto é necessário que a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná faça cumprir seu papel fiscalizador investigando os fatos ora citados, prestando assim um grande serviço à comunidade paranaense, passando a limpo todas as denúncias que vêm sendo feitas à atual administração da Unioeste.

REQUERIMENTO Nº 2469

Senhor Presidente:

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no § 2º do artigo 62, da Constituição Estadual e no artigo 35 do Regimento Interno do Poder Executivo, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, a constituição de Comissão Especial de Investigação, constituída por 11 (onze) membros, com prazo de duração de 60 (sessenta) dias, para apurar junto às Instituições de Ensino Superior da rede pública estadual as irregularidades constantemente divulgadas na mídia, tais como malversação de recursos, contratação de pessoal, nepotismo.

Sala das Sessões, em 13.08.2001.

(aa) FERNANDO RIBAS CARLI
MOYSÉS LEÔNIDAS

REQUERIMENTO Nº 2461

Senhor Presidente:

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, seja oficiado o Presidente do tribunal de Contas do Estado do Paraná, Sr. Rafael Iatauro, determinando que envie a esta Casa relação completa das obras inacabadas no Estado, discriminando-as por municípios e indicando a data em que começaram a ser construída, bem como a data em que foram paralisadas.

O referido pedido se justifica pelo fato de que o Tribunal de Contas do Estado do Paraná, constitui uma Comissão Especial com funcionários daquele Órgão para levantar as obras inacabadas existentes no Estado do Paraná. Em data de 09 de agosto de 2001, o presidente daquele Tribunal informou à imprensa haver no Estado 1.055 obras inacabadas. Contudo, para que os parlamentares desta Casa possam conhecer melhor a dimensão do problema, se faz necessário que o Tribunal de Contas, órgão auxiliar deste Poder,

envie tais informações para esta Assembléia Legislativa.

Sala das Sessões, em 13.08.2001.

(aa) HERMES FONSECA, ÂNGELO VANHONI, LUCIANA RAFAGNIN e IRINEU COLOMBO

REQUERIMENTO Nº 2467

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja enviado ao Sr. Jaime Lerner, governador do Paraná, material coletado (lixo hospitalar) na Barragem do Rio Iraí, a fim de que sejam tomadas as devidas providências junto à Sanepar, em respeito ao povo paranaense.

Sala das Sessões, em 13.08.2001.

(a) NEIVO BERALDIN

REQUERIMENTO Nº 2437

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao governador Jaime Lerner, solicitando uma atenção especial à 13ª Subdivisão Policial - Ponta Grossa, a qual está com um número reduzido de funcionários, viaturas, assim como materiais para expediente.

Solicito que a região dos Campos Gerais seja agraciada com uma parcela do valor liberado pelo Ministério da Justiça, em um convênio assinado entre o referido Ministério e o Governo do Estado, no valor de R\$18 milhões de reais.

A região de Ponta Grossa está necessitada de investimento no que se refere à segurança pública, para intensificar o policiamento ostensivo, reaparelhar as Polícias Militar e Civil, reequipar o Instituto Médico Legal, o qual se encontra em situação caótica, informatizar, assim como implantar programas específicos da polícia comunitária.

Requer ainda, que a decisão desta Casa de Leis, seja dado ciência ao Delegado da 13ª SDP em Ponta Grossa, Noel Muchinsk da Motta, na Avenida João M. dos Santos Ribas, 677 - Ponta Grossa, assim como ao Conselho Comunitário de Segurança, em nome do Presidente, Perci Pedroso, na Rua Comendador Miró, 860 - Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 13.08.2001.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 2462

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, o adiante nominado, deputado com assento nesta Casa de Leis, REQUER o envio de correspondência, ao secretário de Estado da Segurança Pública, José Tavares, delegado geral da Polícia Civil, Leonil Ribeiro, e delegado-chefe da Polícia do Interior, Clóvis Galvão Gomes, solicitando

daquelas autoridades a manutenção do delegado adjunto Roberto Hummig, na Delegacia Especializada em Trânsito, no município de Londrina.

O referido delegado assumiu aquela delegacia em março de 1999, onde permaneceu até novembro de 2000, quando foi designado para o 2º Distrito, onde havia a necessidade de mais dois delegados.

Esse profissional vem cumprindo rigorosamente a sua obrigação. Conta com ficha funcional irrepreensível. Contudo, recentemente foi transferido para São João do Ivaí.

Cabe salientar que o Jornal de Londrina, do dia 09 de agosto do corrente ano, divulgou matéria a respeito da falta de delegados em Londrina, um motivo a mais para que aquela comunidade continue contando com o trabalho do Dr. Roberto Hummig.

A Delegacia Especializada em Trânsito vem agilizando a atuação da Polícia Civil na cidade, prestando serviço essencial à população, e o referido delegado vem desempenhando relevante trabalho à comunidade londrinense.

Antes da transferência de Hummig, Londrina contava com 13 delegados, sendo necessários, para regularizar integralmente o serviço, que esse número chegasse a vinte e cinco.

Em face do exposto e da importância da área de segurança para a comunidade londrinense, pede-se encarecidamente a manutenção do delegado Hummig em Londrina, na Delegacia de Trânsito.

Sala das Sessões, em 13.08.2001.

(a) GERALDO CARTÁRIO

REQUERIMENTO Nº 2463

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam encaminhados ofícios ao Dr. José Tavares, secretário de Estado da Segurança Pública e ao Cel. Gilberto Foltran, comandante da Polícia Militar do Estado do Paraná, solicitando providências no sentido de aumentar o efetivo das corporações cotadas na cidade de Palmas.

Sala das Sessões, em 13.08.2001.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

Conforme nos foi repassado em ofício firmado por alguns vereadores da Câmara Municipal de Palmas, o efetivo das duas corporações da Polícia Militar sediadas naquele município, está sendo insuficiente para atender as ocorrências, em razão do aumento da criminalidade, não só em Palmas, como no vizinho município de Coronel Domingos Soares.

A fim de prevenir problemas futuros, mister se faz que seja providenciado, com a máxima brevidade, o aumento daquele efetivo.

REQUERIMENTO Nº 2464

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam encaminhados ofícios ao Dr. Ingo Hübert, presidente da Copel em Curitiba-PR e ao Sr. José Mário Miranda Abdo, diretor geral da Aneel (SGAN, 603 - Módulo J - CEP. 70830 - Brasília - DF), solicitando medidas que objetivem ampliar a capacidade geradora de energia eólica no município de Palmas, neste Estado.

Requer, ainda, seja dado conhecimento deste requerimento aos Excelentíssimos Senhores Vereadores Wilmo R. Correia da Silva, Moacir Scopel, Cesar Pacheco Baptista, Moacir França Pinto e Júlio Cesar Baviáqua, na Câmara Municipal de Palmas - PR.

Sala das Sessões, em 13.08.2001.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

Em tempos em que o País vem enfrentando racionamento de energia hidrelétrica, faz-se necessário buscar fontes alternativas de geração.

Tivemos a informação, através de alguns membros da Câmara Municipal, de que o município de Palmas possui em grande potencial para a geração de energia eólica, como também a necessária viabilidade técnica e econômica.

REQUERIMENTO Nº 2465

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor Doutor Antônio Poloni, DD. secretário de Estado da Agricultura, solicitando seja viabilizada a implantação de um núcleo de fruticultura no município de Palmas.

Requer, ainda, seja dado conhecimento deste requerimento aos Excelentíssimos Senhores Vereadores Wilmo R. Correia da Silva, Moacir Scopel, César Pacheco Baptista, Moacir França Pinto e Júlio Cesar Baviáqua, na Câmara Municipal de Palmas - PR.

Sala das Sessões, em 13.08.2001.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

De acordo com informações prestadas pela Câmara Municipal, o município de Palmas possui condições apropriadas de clima e de solo, além de comprovada viabilidade técnica para desenvolver a fruticultura, especialmente a maçã.

A criação do núcleo solicitado viria beneficiar sobremaneira a região, inclusive criando novas frentes de trabalho.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 337/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica introduzida a seguinte alteração à Lei nº 8933, de 26 de janeiro de 1989:

“O artigo 6º, da Lei nº 8933, de 26 de janeiro de 1989, alterado pela Lei nº 9884, de 26 de dezembro de 1991, fica acrescido de um inciso IV, com a seguinte redação:

Art. 6º - São imunes ao imposto:

I - ...

II - ...

III - ...

IV - operações com embalagens destinadas ao acondicionamento e transporte de ovos e aves.”

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.08.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

Preliminarmente é necessário elucidar que a medida ora proposta, consulta plenamente aos superiores interesses públicos, tendo em vista os significativos benefícios que trará à população economicamente menos favorecida do Estado, assim como o tornará mais competitivo em relação a outros Estados da Federação.

Como é de notório conhecimento, ovos *in natura* constituem item importante da cesta básica, uma vez que substituem a proteína da carne, nem sempre acessível aos detentores de baixa renda. Assim sendo, os produtos integrantes da cesta básica são de primeira necessidade, ou seja, são produtos ao alcance das pessoas que se mantêm no nível de subsistência.

Não obstante estarem incluídos nesta categoria, aqui no Paraná, enquanto os ovos são abrangidos pela tributação seletiva, suas embalagens não são contempladas por qualquer redução, sujeitando-se à alíquota integral do ICMS, ou seja, de 12% (doze por cento).

Em decorrência de tal fato, o valor final destas embalagens, que são mercadorias de primeira necessidade, sofre um aumento considerável, o qual, impreterivelmente, é repassado aos consumidores da cesta básica.

Não bastasse a argumentação expendida, cabe ainda salientar que outros Estados têm incluído as embalagens para ovos dentre os produtos da cesta básica, sujeitando-as a uma carga tributária bastante inferior, o que gera uma forte concorrência ao Paraná, fazendo com que este perca mercado consumidor.

Neste aspecto, vale frisar que o Estado do Rio Grande do Sul, através da Lei nº 11.165, de 08 de junho de 1998, reduziu a alíquota de ICMS, incidente sobre tais embalagens, de 18% (dezoito por cento) para 0 (zero).

Já em São Paulo, a alíquota nas operações com embalagens para ovos é de apenas 7% (sete por cento).

Se mantida a alíquota atual, de 12% (doze por cento) ora em vigor, torna-se impossível ao Paraná concorrer com esses estados na comercialização de ovos “*in natura*”.

Diante do exposto, e considerando a essencialidade dos produtos integrantes da cesta básica, de acordo com o princípio da seletividade previsto no artigo 155, parágrafo 2º, inciso III, da Comissão Federal, é que se propõe a isenção do ICMS incidente sobre embalagens para ovos, com o objetivo de que o Estado possa competir com os produtores similares de outros Estados.

Estas as razões que nos levaram a apresentar o presente plano de lei, para o qual solicitamos a aprovação dos nobres pares.

PROJETO DE LEI Nº 338/2001
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - O Delegado de Polícia que, cumulativamente com o exercício da função de titular de Delegacia, chefiar, como substituto, outra Delegacia de Polícia, Distrital, Especializada ou de Trânsito, por mais de 30 (trinta) dias, perceberá, como gratificação de substituição, importância igual a um terço da parte básica dos vencimentos do seu cargo, acrescida do fator de valorização por risco de vida e saúde.

Art. 2º - O ato de substituição, de competência do Diretor da Polícia Civil, vigorará a partir de sua expedição e pelo prazo nele estabelecido, cessando seus efeitos.

I - por revogação;

II - por reassunção do titular;

III - por designação de titular, no caso da Delegacia vaga.

Art. 3º - Em nenhum caso poderá ocorrer percepção simultânea de mais de duas (2) gratificações de substituição.

Art. 4º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta de dotação orçamentárias próprias.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.08.2001.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

Com a extinção dos Delegados de Polícia denominados “calças curtas” (assistentes de segurança) no Estado do Paraná, por decisão do egrégio Supremo Tribunal Federal, e pelo impedimento de praticarem atos de comando da investigação policial (portarias, flagrantes,

etc), o delegado do interior do Estado passou a responder de fato por todas as Delegacias dos municípios da região em que responde pela respectiva circunscrição.

O projeto de lei ora apresentado, insere a gratificação por substituição, à evidência, como exemplo o gasto de locomoção e outras despesas, por esse acréscimo de trabalho.

Nada mais justo do que repor esse desembolso ao Delegado de Polícia que, além de responder por sua Delegacia, venha também a responder por mais outra Delegacia de Polícia, em face da falta de delegado concursado e formado em Direito, até que seja preenchida a referida vaga.

O projeto de lei teve o cuidado de gratificar somente duas substituições, com a dotação orçamentária específica.

PROJETO DE LEI Nº 339/2001
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica concedido ao Delegado de Polícia verba relativa ao auxílio-moradia integrada à remuneração do Delegado de Polícia, resultante da equivalência do artigo 93, inciso V, da Constituição Federal, artigos 1º e 2º da Resolução nº 195/2000, de 27 de fevereiro de 2000, editada pelo Supremo Tribunal Federal, Resolução nº 02/2000, de 30 de junho de 2000, editada pelo Tribunal de Justiça do Paraná, parágrafo 1º do artigo 39, artigo 135 e 241 da Constituição Federal, bem como do parágrafo 4º, do artigo 47 da Constituição do Estado do Paraná.

Parágrafo único - A vantagem referida no *caput* será paga aos Delegados de Polícia, de conformidade com os respectivos níveis de escalonamento.

Art. 2º - As despesas decorrentes desta lei correrão à conta das dotações orçamentárias específicas.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.08.2001.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

O artigo 241 da Constituição Federal diz: “Aos delegados de polícia de carreira aplica-se o princípio do artigo 39, § 1º, correspondente às carreiras disciplinadas no artigo 135 desta Constituição”.

O § 1º do artigo 39 da Carta Magna afirma: “A lei assegurará, aos servidores da administração direta, isonomia de vencimentos para cargos de atribuições iguais ou semelhantes do mesmo Poder ou entre servidores dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário...”

O artigo 135 da Lei Maior expressa: “Às carreiras disciplinadas neste Título aplicam-se o princípio do artigo 33, XII, e o artigo 39, § 1º”.

Evidente que, interagindo esses três dispositivos legais da Constituição Federal, o delegado de polícia do Estado do Paraná tem os mesmos direitos à isonomia de vencimentos dos desembargadores do Tribunal de Justiça e juízes de primeira e segunda instância do Poder Judiciário.

Para conclusão final e procedência do presente projeto de lei, a Constituição do Estado do Paraná, outorga esse direito aos delegados de polícia, *verbis*.

“§ 4º do artigo 47 - Os vencimentos dos delegados de polícia não serão inferiores àqueles atribuídos às carreiras a que se refere o artigo 135 da Constituição Federal, observada a correlação entre as respectivas classes e entrâncias, assegurando-se a revisão dos vencimentos, em igual percentual, sempre que revisto os atribuídos àquelas”.

Portanto, nada mais do que justo a proposição deste projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 340/2001
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Centro de Reabilitação Irmã Helena, com sede e foro no município de Agudos do Sul.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.08.2001.

(a) SERAFINA CARRILHO

JUSTIFICATIVA:

O Centro de Reabilitação Irmã Helena é uma entidade sem fins lucrativos, que tem por finalidade prestar assistência e recuperar adolescentes com dependência de álcool e drogas em Agudos do Sul, trabalhando no encaminhamento das famílias dos atendidos a médicos, dentistas e instituições conveniadas.

Com este projeto de lei, buscaremos, de forma positiva, auxiliar essa instituição a proceder à ampliação de suas atividades, através e forma legal junto aos órgãos públicos, já que tem suficiente e méritos semelhantes.

Desta forma, esperamos o devido apoio e consequente aprovação a esta proposta de lei, que tem por fim reconhecer o esforço e o trabalho do Centro de Reabilitação Irmã Helena.

PROJETO DE LEI Nº 341/2001
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Creche Papa João XXIII, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.08.2001.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

JUSTIFICATIVA:

A Creche Papa João XXIII, é uma entidade sem fins lucrativos, que tem por finalidade prestar assistência aos filhos de professores e funcionários da Escola Municipal Papa João XXIII, do Posto de Saúde e da Casa de Cursos Vila Leão, em Curitiba.

Com este projeto de lei, buscaremos de forma positiva, auxiliar essa instituição a proceder à ampliação de suas atividades, através e forma legal junto aos órgãos públicos, já que tem suficiente e méritos semelhantes.

Desta forma, esperamos o devido apoio e consequente aprovação a esta proposta de lei, que tem por fim reconhecer o esforço e o trabalho da Creche Papa João XXIII.

PROJETO DE LEI Nº 342/2001
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Clube da Amizade Sem Fronteira - CASF/PR, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.08.2001.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

O Clube da Amizade Sem Fronteiras, sociedade civil de caráter assistencial, filantrópicas; sem fins lucrativos de duração ilimitada, firmada para atendimento às pessoas carentes e itinerantes vindas do interior do Estado e que necessitam de amparo na Capital.

Proporcionará também apoio às famílias para atividades sociais, culturais e de lazer, proporcionando-lhes colônia de férias, viagens ao litoral, visitas a museus históricos, logradouros públicos, jardinagem e demais recreações, proporcionando também o intercâmbio regional: capital, litoral e interior, de forma a proporcionar o lazer aos associados e familiares.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Concedo a palavra ao senhor deputado Neivo Beraldin, no Pequeno Expediente.

O SR. NEIVO BERARDIN

Senhor presidente, senhores deputados. Evidentemente que eu não gostaria de ocupar esta tribuna para os fatos que vou relatar a partir deste momento.

Eu estive pessoalmente na barragem do Rio Iraí, que representa grande parte da água que abastece Curitiba e região metropolitana. Isto aqui é lixo hospitalar,

aqui são seringas que foram usadas talvez no Hospital Adauto Botelho, talvez nos outros hospitais da região! Isto aqui é remédio com mais de dez anos, conforme, está escrito! Isto é o que se pode encontrar na barranca do Rio Iraí! Em apenas três ou cinco minutos que lá estive eu consegui coletar este lixo todo que está dentro da água, além do quê, há peixes mortos - não são poucos - e são absolutamente visíveis para quem quiser ver e chegar lá pessoalmente.

Senhores deputados, como pode a Sanepar, a empresa que passou para que uma outra empresa fizesse a limpeza daquela área para transformar em Represa do Iraí, qual foi esta empresa que fez a limpeza? O que se vê é que esse lixo hospitalar está brotando do fundo da água! Então, a represa pode ter sido construída com este lixo hospitalar lá depositado durante anos e anos.

Agora, qual foi a empresa responsável que fez esta limpeza para depois represar a água; qual foi esta empresa que ganhou a concorrência? Qual foi a empresa que executou? Como é que a Sanepar deixa isto aqui aos olhos do povo, ao lado do rio que capta água para o cidadão beber? É inquestionável! Aqui estão vidros de remédio, aqui está lixo hospitalar, e eu convoco, em nome da Comissão de Meio Ambiente, que presido, aos deputados que a integram, para que façamos uma visita *in loco* para que não fique apenas nas minhas palavras e na comprovação dos fatos que aqui estão.

Senhor presidente, senhores deputados, requeiro que o diretor - presidente da Sanepar, Dr. Carlos A. Teixeira de Freitas, seja convocado por este Plenário a comparecer nesta Casa de Leis onde prestará informações à Comissão de Meio Ambiente, assim esclarecendo os seguintes questionamentos: por que, mesmo possuindo relatórios elaborados em conjunto pela Secretaria do Estado de Meio Ambiente, o Instituto Ambiental do Paraná e a GTZ, empresa alemã de cooperação técnica convidada pela Secretaria do Meio Ambiente, se constatou que a represa do Iraí não apresentava condições favoráveis para captação de água para ser consumida pela população da nossa região?

Por que, mesmo possuindo o relatório da empresa portuguesa, COBA, contratada pela própria Sanepar que relatava...

(Término do Horário)

(O orador usa o Horário da Liderança do PSDB)

... pela conformidade da empresa, que teria algas, então havia a recomendação que a Sanepar não premiou os relatórios técnicos.

Enfim, senhor presidente, senhores deputados, este é um requerimento que esta Casa não pode recusar. O presidente da empresa tem que vir aqui, tem que esclarecer o povo, porque o povo já não agüenta mais beber a água, não agüenta nem tomar banho, dado o forte cheiro da água.

Então, senhores deputados, o que me traz à tribuna, é para manifestar aos senhores o que vi com os próprios olhos.

E tem mais, a empresa agora deseja levar o lixo hospitalar para uma outra área, na cabeceira do Rio Iraizinho que conforme está aqui a foto que pessoalmente bati, está aqui o escavado da empresa, logo abaixo tem aqui o rio; é a cabeceira do Rio Iraizinho.

Então, senhores deputados, a privatização da Sanepar deu nisso, deu nisso aqui! E tem mais! Venderam parte da Sanepar e mudaram o estatuto e deram as atribuições principais da empresa para o grupo privado.

Então, se alguém tem dúvidas, que olhe conosco a mudança do estatuto da empresa. O governo tem a maioria, mas passou para o grupo minoritário administrar a empresa. Dos 56 pontos que administra a empresa, 35 estão nas mãos da iniciativa privada. Isto quer dizer, as atribuições da administração da empresa na área de finanças, na área de compra de material, as principais diretorias que dão peso à administração, não são, sem nenhuma dúvida, favoráveis ao Governo, que possui a maioria. Pelo contrário, o Governo tem a maioria da empresa, mas passou a administração para um grupo privado que administra o dinheiro de empréstimo internacional, que administra o Estado, do Governo do Paraná. Não é possível chegarmos a tamanha irresponsabilidade!

E olha, documentos são documentos, há assinaturas de todos, possuímos a Ata de todas as reuniões, conhecemos a deliberação da diretoria e sabemos que, numa divergência, o grupo privado vai vencer na justiça, porque está mudado o estatuto absolutamente favorável a este grupo privado que é composto por um Banco Fortunity, por uma empresa francesa, pela Andrade Gutierrez e parte da Sanepar.

E atenção, se permitirmos a venda da Copel estaremos entregando junto, mais uma parte da Sanepar, ao grupo privado.

Concedo um aparte ao deputado Basílio Zanusso.

O Sr. Basílio Zanusso

Apenas rapidamente, quero cuprimentá-lo por trazer, ou transmitir da tribuna, esse trabalho pessoal de V. Exa., onde verifica a contaminação e o envenenamento de fontes de água potável, em nossa Capital.

V. Exa. tem ido à tribuna, ultimamente, fazendo denúncias as mais variadas, ao Tribunal de Contas, outros órgãos, organismos ou mesmo o Governo do Estado, V. Exa. tem um posicionamento de Oposição.

Mas, nesse caso participar, com relação à qualidade da água, o que escuto de algumas pessoas é que a água servida, potável, para o consumo dos curitibanos, está sendo impossível de ser ingerida, dado o seu odor, mau cheiro, muito embora a Sanepar diga que a água seja de boa qualidade, que é apenas o odor e que o odor não faz mal à saúde.

Acho que V. Exa. vai, novamente à tribuna tratando de um assunto delicado, que é a saúde. De jeito algum esse assunto poderá ser tratado pelo aspecto político-partidário, porque V. Exa. terá o apoio e o voto de todos nós.

O SR. NEIVO BERALDIN

Eu acolho com muita satisfação, o aparte de V. Exa., pela experiência que tem. Aqui não me julgo deputado de Situação e nem Oposição; julgo-me um representante do povo. Evidentemente, se nós, deputados, não falarmos em nome do povo, quem vai falar? Como é que o povo terá acesso ao Rio Iraí, se a Sanepar cercou - eu, pessoalmente, como deputado, tive dificuldade em ingressar lá? Tive que telefonar para muitas pessoas, porque eles não permitiam o meu acesso, porque a ordem que eles têm da empresa, é que ninguém tem acesso à Barragem do Iraí.

Senhores deputados, não é discurso em vão. É um discurso verdadeiro. Fui pessoalmente e verifiquei. Convido os deputados, para que verifiquem se é possível termos uma barragem que abastece a população - ainda há uma enorme área, onde precisa ser feita a poda de árvores. Não é possível isso. Qualquer técnico vai recusar isso.

Concedo um aparte ao deputado Algaci Tulio.

O Sr. Algaci Tulio

Deputado Neivo Beradin, quero dizer que lamentavelmente esta Casa perdeu uma grande oportunidade, na semana passada, de aprovar um requerimento de minha autoria, para que trouxéssemos aqui, na Comissão de Ecologia e do Meio Ambiente, a pessoa do presidente da Sanepar e até mesmo o diretor administrativo, que é francês, para que viessem esclarecer os fatos, em consequência da má qualidade da água em Curitiba.

Usei da tribuna e mostrei um estudo feito em 97, por professores e técnicos da Universidade Federal do Paraná, onde já se apontava naquela ocasião todos os problemas que a Represa do Iraí, apresentaria. E o resultado está exatamente acontecendo agora, aí.

Uma região imprópria para uma represa; não houve manejo do solo, em uma profundidade, no máximo de oito ou cinco metros, pelo que se constatou, e um lago extenso demais, atingindo várias regiões, onde se tinha agricultura familiar, bastante grande, a criação de gado, de suínos e tudo o mais, e o que é pior, margeando a Colônia Penal Agrícola de uma grande área que foi tomada, margeando o Parque de Exposições, que agora já não realizam mais exposições em função disso, e margeando todo o Hospital Adalto Botelho, Hospital Colônia São Roque, era evidente que, se não tivesse um trabalho antecipado dos rios que trazem a água para formar o lago da represa de Iraí, nós teríamos exatamente isso, quer dizer, faltou responsabilidade.

Nesta hora esta Casa não pode se omitir, como disse o deputado Bazílio Zanusso. Trata-se de uma questão que não tem cor partidária, é água, é saúde do povo que está em jogo aí, mas lamentavelmente não pensou assim a bancada Governista na última semana, e nós perdemos por apenas dois votos.

Quem sabe V.Exa. tem mais sorte agora e espero que a gente possa trazer para esta Comissão; quem sabe

se convençam, olhando o que tinha dentro da Represa do Iraí. Todo esse lixo hospitalar que V. Exa. traz, eu estive lá, no sábado à tarde, fazendo uma girada por lá também, verificando toda situação crítica na verdade.

Então, é preciso que os companheiros desta Casa esqueçam a cor partidária. Está em jogo a saúde do povo, de um milhão e cem mil pessoas que se abastecem com esta água da Represa do Iraí.

O SR. NEIVO BERALDIN

Muito obrigado, doutor Algaci Tulio, e eu faço novamente o convite aos membros da Comissão para que após esta Sessão Plenária, possamos nos deslocar até a Represa do Iraí, para lá juntarmos também essas mesmas seringas que tem 10, 12 anos, que evidentemente o solo não foi preparado para a represa, porque agora o lixo está brotando do fundo da água e está vindo para a encosta.

Nós estamos diante de uma situação absolutamente grave, e eu confesso a V. Exas. que pensei muitas vezes em ocupar esta tribuna, imaginando vai chocar, mas infelizmente nós temos que relatar os fatos, a verdade. Nós não podemos omitir especialmente esse assunto que é de extrema importância para a saúde do povo.

A nossa água do Rio Iraí está do jeito que os senhores estão vendo.

Agora, o que é mais grave, o município de Piraquara é responsável por mais de 60% da água que bebe Curitiba e região: querem mandar para os moradores de Piraquara essa água do Rio Iraí. Porque não mandar sempre aquela água que veio da nascente do Rio Iguaçu, para aquela população que tem uma importância fundamental de apresentar e cuidar dos nossos mananciais?

Concluo agradecendo a todos aqueles que têm a sensibilidade humana para nos acompanhar nessa missão, que é de recolocarmos nos trilhos a nossa Sanepar, sobretudo o governo do Paraná que nos envergonha, pelo descaso ambiental, pela falta de amor e sensibilidade com o povo, porque quem permite que o povo beba água do jeito que está bebendo, não tem sensibilidade humana.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Ainda no Pequeno Expediente, concedo a palavra ao deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA

Senhor presidente, senhores deputados.

Uso da tribuna apenas para ler o manifesto conjunto feito pelos líderes dos partidos do PT, PL, PDT, PSB, PPS e PC do B, através das suas lideranças nacionais.

Estas lideranças, considerando todos os aspectos que envolvem a venda da Copel, inclusive considerando as suas 17 usinas hidrelétricas, uma termelétrica, 90% disso já amortizado, considerando a auto-suficiência do Paraná, considerando que nós temos 6.500 km de rede de transmissão, 153 mil quilômetros de linha de distribui-

ção, com um lucro de 430 milhões do último exercício, com acervo técnico reconhecido no Brasil e no exterior, essa moção, senhor presidente e senhores parlamentares diz textualmente o seguinte: “Os líderes do PT, do PL, do PDT, do PSB, do PPS e do PC do B, que adiante subscrevem vêm a público manifestar veemente posição contrária à privatização da Copel, somando-se à quase unanimidade idêntica à postura de alguns paranaenses, verdadeiros construtores e donos desse patrimônio reconhecido nacionalmente; conclamando seus deputados estaduais, para que firmem seus votos a favor do histórico projeto de lei de iniciativa popular, proibindo a venda das ações da empresa. E que todas as forças políticas, econômicas e sociais esgotem todos os esforços para que este crime de lesa-pátria não seja perpetuado. 08 de agosto de 2001, assinam Valter Pinheiro-Líder do PT, Valdemar Costa Neto - Líder do PL, Inácio Arruda do PC do B, Eduardo Campos - Líder do PSB, Ciro Teixeira do PDT, Rubens Bueno - Líder do PPS.

Quero aproveitar esse pronunciamento para cumprimentar a deputada Serafina e o deputado Pastor Edson, que atendendo às diretrizes do seu partido, e isso é ser partido, acabaram manifestando a sua posição de votar com o povo do Paraná, contra a privatização da Copel.

Quero, senhor presidente e não poderia ser diferente num dia que antecede essa histórica votação, conclamar os partidos com assento nesta Casa, que tomem posição em favor dos seus partidos.

O ano que vem teremos eleições estaduais e nacionais. Não basta ter como programa de partido, deputado Zucchi, discurso contra privatizações.

Não basta um partido firmar manifesto contra as privatizações.

O que se mede é o direito do discurso contra as privatizações.

O que se mede é o direito do discurso e do voto que será dado no ano que vem pela posição dos deputados nesse Parlamento. Nós mesmos que há muito e muito tempo, estamos batendo na tecla de não vender a Copel, haveremos de arrancar das mãos de qualquer partido que vote a favor da venda da Copel, o discurso fácil em favor da não privatização.

Sei que esta Casa tem parlamentares que os seus líderes maiores têm manifestado a posição de não apoiar a venda da Copel, e os votos desses parlamentares estão, até o presente momento, destinados a votarem em favor do Governo.

Isso é uma causa que extrapola a questão do interesse de “estar” jogando com o governo ou não nas questões políticas. Esse é o momento de venda de patrimônio público, de entrega de uma das empresas que orgulha o Paraná. Estamos entregando um patrimônio, que agora lá pouco, o deputado Algaci Tulio mostrava uma pesquisa da Globo, em que quase 90% dos paranaenses hoje estão dando o seu posicionamento contrário à venda da Copel.

Portanto, ou nós seguimos essa corrente, obedecemos às diretrizes dos nossos partidos, ou esses partidos não poderão usar o ano que vem a bandeira de ser contra a venda de empresas públicas, principalmente empresas de energia, se não for capaz de fechar questão e obrigar os seus políticos a votarem amanhã, em favor desse projeto do povo do Paraná.

Era isso, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o deputado José Maria Ferreira.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor presidente, senhora e senhores deputados. Primeiro quero saudar e ao mesmo tempo cumprimentar a decisão da deputada Serafina em estar ao lado do povo.

Tenho certeza que nesses dias que antecederam a decisão da deputada Serafina Carrilho, ela teve momentos de angústia de indecisão, mas ouviu o apelo da comunidade que a elegeu, para que ela pudesse representar. E na sexta-feira, tomou a decisão de votar favorável ao projeto de iniciativa popular, portanto, contrário à venda da Copel.

Faço esse registro, deputada Serafina, para dizer que essa decisão de V. Exa. com certeza, contribuirá decisivamente para que a Copel não seja vendida. E é com decisões isoladas, corajosas, que este Plenário haverá de tomar, tanto amanhã como na quarta-feira, que haveremos de assegurar este grande patrimônio, não só econômico, mas de valor moral e valor de expressão de confiança da gente paranaense no seu destino.

Mas volto, senhor presidente, por aquilo que me dispus a fazer que é também com relação à Copel. Ora, através da Lei nº 12.355/98 esta Casa autorizou a venda da Copel: setenta por cento do investimento no Paraná, prioritariamente no Paranáprevidência 30%, descontadas despesas em outros investimentos de natureza social como saúde, educação, segurança e assim por diante.

E nós estamos, desta forma, dando um cheque em branco, que são os 415 milhões de ações da Copel, caucionadas no Banco Itaú, que eram para ser resgatadas em 2000 e não o foram.

E, mediante o seu vencimento para 31 de dezembro de 2002. E elas representam 32,9% das ações da Copel. Quem é que assegura e quem é que tem condições de assegurar, deputado Luiz Carlos Martins, que após autorizada a venda, não tendo mais embarços, como o Governo vai resgatar os 32% que já em dezembro de 2000 eram mais de 600 milhões? Nós estaremos entregando dos 58,6% das ações! 32,9 já estão no Banco Itaú.

O Governo precisa fazer o resgate o quanto antes dessas ações, até para tranquilizar a sociedade paranaense, independente da votação aqui, amanhã, se favorável ou não ao projeto de iniciativa popular mas o Governo precisa fazer o resgate iminente dessas ações, porque

coloca em risco o patrimônio do Paraná, coloca em risco o patrimônio da Copel.

Meus senhores e minha senhoras, essa parcela das ações da Copel, que hoje ainda continuam sob o vínculo do Banco Itaú, pode ser a entrega do patrimônio e do controle, porque 58,6% possivelmente seja avaliada em aproximadamente 7,8 bilhões. Os 32% representando as ações da Copel, podem retirar o controle acionário das mãos do Paraná. Portanto, mais que uma simples procuração em branco, nós demos, através da Lei 12.355, precisamos ter o cuidado para que não percamos esta condição de influenciar os destinos da Copel, especialmente neste momento onde se cogita da sua privatização.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Antes de passar ao próximo orador inscrito, peço permissão ao deputado Neivo Beraldin, para solicitar aos funcionários da Casa, para retirarem aqueles objetos que estão colocados ali na tribuna.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK (Pela Ordem)

Queria que V. Exa, com a anuência do deputado Neivo Beraldin, remetesse tudo que ali se encontra em nossa tribuna, ao Palácio Iguaçu e mais precisamente à mesa do governador, para que ele mande averiguar se o que o deputado Neivo Beraldin fala, é verdade. Ali estão objetos que ele, o governador, deveria tomar conhecimento e não toma. E, com a anuência do deputado, mandá-los para o governador.

O SR. NEIVO BERARDIN (Questão de Ordem)

Achei a idéia do deputado Zuk muito interessante e acho que devemos remeter esse lixo hospitalar imediatamente ao Governador, para que ele veja com seus próprios olhos, o que a Sanepar está fazendo pelo povo. Então, que se remeta imediatamente ao Palácio Iguaçu para que ele possa ver a data desse lixo hospitalar, para ver que o solo não deve ter sido bem preparado para fazer a represa do Iraí. Então, nós queremos saber: qual foi a empresa que preparou o solo para construir a represa do Rio Iraí? Essa questão é importante. Qual foi a empresa que ganhou a licitação, qual foi a empresa que executou? O que é normal, senhor presidente, é a Sanepar fazer a concorrência, uma empresa vencer, depois ela passa para a 3ª, 4ª, 5ª empresa... quem sabe não foi alguma ONG que fez esse preparo do solo também do Rio Iraí?

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Respondendo à questão de ordem do deputado Luiz Carlos Zuk e complementada por V. Exa. que é o responsável pelo material, pode encaminhá-lo a quem achar de direito. Se for para a Assembléia encaminhar em nome da Casa, V. Exa. faça um requerimento e encaminhe à Mesa. Com a palavra, no Pequeno Expediente, o deputado Algaci Tulio.

O SR. NEIVO BERARDIN (Pela Ordem)

Encaminharei o expediente a V. Exa. para que a Casa encaminhe, oficialmente, ao governador.

O SR. ALGACI TULIO

Senhor presidente, senhores deputados.

Quero inicialmente cumprimentar a deputada Serafina Carrilho, pela posição tomada ao final de semana: estava indecisa e agora já tem uma posição definitiva de votar contra a venda da Copel. Parabéns, deputada Serafina! Tenho certeza que Maringá passa a estar bem representada. A cidade Canção não merecia a situação em que estava sendo colocada, tendo 3 representantes naquela cidade e V. Exa. agora, toma essa posição, enaltecendo o povo de Maringá e especialmente as mulheres. E há um dado interessante, nesta Casa. Temos duas deputadas e as duas vão votar contra a venda da Copel. Quer dizer: um quórum de 100% feminino aqui, nesta Casa, contra a venda da Copel.

Mas quero também dizer, presidente e deputados, que:

(Lê):

“O Brasil ficou mais pobre transferindo o patrimônio público, acumulado ao longo de décadas, a um punhado de empresas que sequer tinham dinheiro para pagar as compras.

Só para exemplificar: a Vale do Rio Doce foi comprada com as chamadas “moedas pobres”, ou seja com recursos do próprio governo. Pois bem, o ano passado ficou entre as 10 empresas que mais geraram lucros no mundo. Os lucros das empresas privatizadas, de energia elétrica, telefonia, água, dispararam. Por quê? Porque o governo descongelou as tarifas. O povo, o sacrificado: salários congelados, não as tarifas de água, luz, telefone que sobem assustadoramente. E as coisas só pioram. A dívida do Brasil com os países estrangeiros só cresceu. O famigerado FMI sacrifica cada vez mais o Brasil exigindo cortes e mais cortes. E vivemos hoje de crise em crise: desemprego, falências, falta de condições de toda ordem” saúde, habitação, educação... Parece que o FMI não descança enquanto não vir o Brasil como a Argentina: em suas mãos para ser depenado de vez.

Mas vamos falar do que é nosso. O Paraná seguiu o exemplo do Governo Federal e vem torrando também seu patrimônio. Sanepar, Banestado. Agora chegou a vez da Copel. Como dizem “a jóia da coroa”. A mais bela de todas, e logo, a mais cobiçada. Na batalha travada o povo se pronunciou, e mais de 90% dele não concorda com a venda desse patrimônio. O povo abriu os olhos e viu que, na crise energética que vive o País, o Paraná tem a “galinha dos ovos de ouro”. Tem energia elétrica para toda sua gente e ainda para fornecer para outros Estados. Vender por quê, meu Deus? Ou melhor, já que a Copel - avaliam os técnicos - vale 25 bilhões de reais e se espera vender por menos de 10, - então, por que entregar esse nosso patrimônio? De que vai adiantar para o Paraná e sua gente? Vai melhorar sua vida como? Os exemplos estão

aí com as empresas já vendidas, como a Light do Rio: apagões e tarifas altas.

O povo já fez o que podia fazer. Manifestou-se e encaminhou um projeto de lei para que nós, deputados, decidamos. A decisão agora é nossa! Será que somos representantes do povo ou de quem? Na próxima quarta-feira vamos ter que decidir: a favor ou contra o povo que nos elegeu. Volto amanhã no mesmo assunto.

Termino com um pensamento para reflexão daqueles a quem cabe decidir:

“Enganaram-se aqueles que pensam que o povo é cego, sem memória e insensível à maldade e ao desprezo disfarçado dos que mandam e decidem em seu nome”.

Neste exato momento a pesquisa pela Internet, da Rede Globo apresenta 87,9% contra a venda da Copel, controle acionário, mantido pelo Governo alcança 6,9% e a favor da venda da Copel somente 5,2%. Este é o retrato da situação do momento, em relação à questão da Copel, que certamente não termina aqui, neste Plenário. Se aqui for vencida a questão pela Bancada governista, por aqueles que não entenderam ainda a voz do povo, que ainda não assimilaram o que é que o povo pode responder, no ano que vem, certamente nas barras da justiça haveremos, sim, de mudar esse pensamento.

Eu recebo um e-mail agora dizendo: o déficit do anexo 5º pode elevar as tarifas em até 60%. O déficit provocado pelo anexo 5º dos contratos de geração, pode representar um aumento, nas tarifas de energia, entre 15 e 60%, pelo menos é o que prevê o Sr. Maurício Malaquias Fernandes, gerente do Es Tietê. De alguma forma, afirma o gerente, o saldo devedor vai ser transferido para as públicas e, segundo ele, não há uma solução de curto prazo. As distribuidoras e geradoras não têm interesse em resolver a disputa agora.

Então vejam os senhores, poderemos ter novo aumento nas tarifas de energia elétrica em função desse anexo 5, do pacote que foi anunciado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso.

Eu quero dizer, senhores parlamentares, que eu posso até, no ano que vem, não voltar para esta Casa, mas vou encerrar a minha carreira política com dignidade, votando e tenho a oportunidade, porque esta Casa tem, a nível de Brasil, o primeiro momento, o primeiro instante de votar um projeto de iniciativa popular, com mais de 140.000 assinaturas, com mais de 90% da opinião pública contra a venda da Copel, e eu terei a felicidade, o orgulho, de botar no meu currículo, como homem público, que eu votei a favor do povo, eu votei a favor do projeto de iniciativa popular, para manter a Copel como patrimônio do Estado do Paraná!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

No horário das Lideranças concedo a palavra ao deputado Luiz Carlos Zuk, do PDT.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Primeiramente, cumprimentar, como já foi dito, a posição tomada pela deputada Serafina Carrilho, demonstrando a sua independência e a sua coerência partidária e política.

Mas o que nos traz, senhor presidente, senhores deputados, além de comentar sobre o Encontro nosso, do PDT, realizado no município de Cascavel, tão bem dirigido pelo nosso companheiro Edgar Bueno, que ali esteve reunido o Paraná político, ou mesmo o Brasil político. Ali se encontravam dois senadores do nosso Estado, Osmar Dias e Roberto Requião, que, conjuntamente com outros Partidos, com o PT, com o PCB, com outros Partidos de esquerda, somavam a representação maior do PDT a nível de Brasil, um dos homens que tem a melhor e mais qualificada biografia política de estado de direito e democrático da nossa Nação, que é o engenheiro Leonel de Moura Brizola, que deu, naquela oportunidade, uma aula a todos nós e aos dois senadores, do que é realmente a política, quando bem exercida e quando se tem o objetivo na vida, de transmitir aos seus familiares, amigos e eleitores, a coerência da lealdade, da legalidade e do respeito às leis. Naquela somatória, conjuntamente com o nosso diretor estadual, na pessoa do coordenador do Fórum da Copel, o ex-deputado Nilton Friederich, recebia ele lá em Cascavel, o apelo unânime de todos os presentes naquele fórum, de que a Copel não poderia e não deveria, como não deve, ser privatizada. Nilton Friedrich viu com orgulho, o trabalho dos parlamentares de Oposição desta Casa, da família da Copel e da imprensa livre que nós tanto necessitamos no Estado do Paraná, quando ela se posiciona no sentido de independência, dando mostras como agora nós vemos, em uma consulta feita por um dos maiores jornais deste Estado, que mais de 90% da população do Paraná não deseja que a Copel seja privatizada.

Naquele Encontro, além de político, além de entendimentos a serem feitos no interesse da família do Paraná, vimos que não uma filiação tão somente do Osmar Dias ao nosso Partido, mas uma comunhão de pensamentos em torno de uma união para levarmos de volta ao Palácio Iguaçu alguém que não seja mercenário, alguém que não transforme o Governo do Estado num balcão de negócios como está fazendo o atual governador, nós queríamos, naquela oportunidade, e tivemos o êxito de configurar um entendimento entre as maiores lideranças do Paraná, como aval da maior liderança do nosso Partido, que é o Brizola.

Queria, senhor presidente dizer que o PDT tem um jornal chamado “Legalidade”, que leva a todos os quadrantes do nosso Estado a posição do nosso Partido, da nossa Bancada, da minha pessoa, do deputado Ely Ghelhere, dos nossos companheiros de diretoria do PDT, mas recebemos com satisfação, de um dos grandes “brizolistas” do Paraná e aqui da região metropolitana que aqui se encontra, o pedetista que é trazido por um nosso compa-

nheiro, que empresta a sua colaboração e principalmente o seu respeito ao estado de miserabilidade...

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Concedo mais um minuto para V. Exa. concluir o seu pensamento.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

... consegue ele, através de um mapa da miséria do Brasil, transcrever a miserabilidade que se encontra quase que 90% da população brasileira.

Mostra ele todos os Estados da Federação e também o Paraná em um índice que passo, com anuência do meu querido amigo, à Presidência desta Casa, para que fique registrado nos Anais, neste dia, quando se pretende, na antevéspera de demonstrar aquilo que o Estado possui de mais caro que é a nossa Copel, para que fique registrado que este homem que, além de trazer o desgoverno, além de trazer a desunião deste Estado, traz a miséria, colocando o Paraná num índice que, de baixo para cima, se encontra em 7º lugar.

Termino, senhor presidente, dizendo que “O Pedetista” mostra a cara que aquele governador do Estado que ali está, através das suas notas mentirosas, não demonstra os dados que aqui se encontram, desmentindo aquele que o Brizola, lá em Cascavel, descreveu como um traidor do PDT vai ser um traidor do Estado do Paraná, vendendo a Copel.

Obrigado, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

No horário destinado às Lideranças, concedemos a palavra ao deputado Hermes Fonseca, do PT.

O SR. HERMES FONSECA

Senhor presidente, senhores deputados, queremos que nossas palavras iniciais sejam de homenagem à mulher paranaense, que tem assento neste Plenário, que ouvindo a voz do povo do Paraná e fazendo com que sua sensibilidade pudesse encorajá-la, a deputada Serafina Carrilho se alia a todos nós, em defesa do povo, do patrimônio deste Estado, em defesa da Copel.

Esta é a nossa mensagem. Minha própria e dos meus colegas parlamentares, que compõem a Bancada do partido dos Trabalhadores, nesta Casa.

Meus caros deputados. A hora da decisão está chegando. Amanhã esta Assembléia viverá um dia histórico, porque pela primeira vez neste País uma Assembléia Legislativa delibera sobre um projeto de iniciativa popular. Se não bastasse isto, este projeto representa a vontade do povo deste Estado, de forma majoritária, de um movimento que se iniciou nesta Casa, mas depois, com nossas decisões de parlamentares, entendemos que a constituição de um fórum, o Fórum de Defesa da Copel, seria um instrumento mais eficaz, para que nós pudéssemos chegar a todos os paranaenses e mostrar a importância de preser-

var este patrimônio, que é a Copel, em poder do Estado do Paraná.

Felizmente e com muita competência, com muita garra, com muita dedicação, com muito esforço, o Fórum, chegou a todos os municípios, a todos os rincões deste Estado, e agora, às vésperas da votação, nós estamos recebendo manifestações, não mais de entidades, que já se posicionaram, em todos os segmentos da sociedade, mas agora estamos recebendo manifestações individuais, de paranaenses que demonstram, através de seus e-mails, seus fax, de seus telefonemas, de seus telegramas, a sua preocupação com aquilo que esta Casa vai decidir amanhã.

Eu gostaria de registrar, escolhi alguns que já recebemos a partir da primeira hora desta manhã, dezenas de manifestações e eu trouxe alguns para registrar, neste Plenário, a opinião e a vontade do cidadão mais simples deste Estado.

“Deputado Hermes Fonseca, parabéns por sua posição contra a venda da Copel; nas próximas eleições estaremos recomendando, em nossas malas diretas, que votem em vocês. Não esqueceremos os traidores do Paraná, os nomes deles, bem como seus partidos. Serão amplamente não recomendados em nosso e-mail. Sucesso, que Deus nos ajude a vencer esta batalha, a Copel é nossa. Não a deixaremos vender. “Deputado Hermes Fonseca, muito bem. Vocês estão lutando a favor do povo do Paraná. Continuem assim. Léo Marques Vianna”.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Um minuto para V. Exa. concluir o seu pronunciamento.

O SR. HERMES FONSECA

“Como é do seu conhecimento, o Partido Verde do Paraná, que presido, não tem representação nesta Assembléia, não obstante pretendemos levar ao conhecimento de todos os parlamentares nossa posição relativa à venda da Copel.

Nossa posição contrária, como manifestamos no texto anexo...” que, obviamente, não haverá tempo para lê-lo aqui.

“Deputado Hermes Fonseca, fico contente em contestar que temos políticos que têm princípios e que não cedem às pressões do Governo para vender a Copel. Vocês que atenderam ao bom-senso e aos apelos do povo do Paraná, tenho certeza que serão lembrados pelos eleitores. Eu, de minha parte, estou divulgando positivamente seus nomes, pelas malas diretas, através da Internet. Não estou esquecendo, também, de denunciar os deputados que estão entregando a Copel. Farei todo o possível para mostrar que eles só lembram do povo nas horas das eleições, mas depois de eleitos, vota, contra a vontade popular. Otávio Araújo”.

E assim, senhores deputados, senhoras e senhores, são inúmeras as manifestações desta natureza, claro e

disse que não há tempo para isso, mas eu espero que isto registrado e que a continuidade dessas manifestações que ocorrerão ininterruptamente, até o momento da votação de amanhã, possam sensibilizar aqueles companheiros, colegas deputados que ainda tenham uma posição contrária à nossa, que reflitam, que façam valer a sua sensibilidade. Que refluam das suas decisões e que se aliem conosco para votar contra a venda da Copel.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Ainda no Pequeno Expediente, PPB, PMDB, PFL, PTB.

(**Declinam**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei em nº de 03 (três), de autoria do senhor deputado Geraldo Cartário, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Pastor Edson Praczyk, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da senhora deputada Serafina Carrilho, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Solicito ao 1º secretário que realize a leitura dos requerimentos.

O SR. DURVAL AMARAL

Chamada nominal, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Não está sendo votado. Por ocasião da votação.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Valdir Rossoni**)

(**Inicia a leitura dos requerimentos**)

Requerimento nº 2421, de autoria do senhor deputado Durval Amaral, com apoio dos senhores deputados Plauto Miró Guimarães, Antonio Carlos Belinati, Custódio da Silva, Chico Noroeste e demais deputados, constantes do expediente de Sessão anterior, solicitando a transformação da Sessão Plenária em Comissão Geral de Plenário, no dia 14 e 15 de agosto de 2001. **Em discussão.**

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente.

Dei entrada em um requerimento, solicitando o arquivamento do Projeto de Resolução nº 06/2000.

Portanto, antes que se dê início à votação, estou solicitando o arquivamento desse projeto de lei, de minha autoria.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Um minuto, estamos fazendo um levantamento aqui.

Realmente, há um requerimento do deputado José Maria Ferreira, que requer que o Projeto de Resolução 06/2000 seja arquivado.

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Concordo que nosso requerimento que propõe a transformação do Plenário em Comissão Geral, inclusive para apreciação desse projeto do deputado José Maria, seja excluído, de que, obviamente, o requerimento do deputado, seja posteriormente votado e o projeto definitivamente arquivado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Diante da colocação deste requerimento, colocamos em votação o requerimento nº 2441, de autoria do deputado José Maria Ferreira, constante do expediente que está solicitando arquivamento.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, este é um ato individual meu e da Mesa.

A Mesa acolhe, não precisa submeter à votação do Plenário!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Mas V. Exa, solicitou aqui no seu requerimento!

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

O arquivamento!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Após ouvido o douto Plenário, nobre deputado!

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Foi erro!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está em votação o requerimento e com certeza, passará tranquilamente.

Em votação o requerimento formulado pelo deputado José Maria, que requer, após ouvido o douto Plenário, que o Projeto de Resolução 06/2000, que convoca plebiscito entre os eleitores paranaenses para decidir sobre a venda, pelo Governo do Paraná, do controle acionário da Copel, seja arquivado.

Está em votação o requerimento. Os senhores deputados que aprovam, permaneçam como estão. **Aprovado.**

Está em discussão o requerimento do deputado Durval Amaral.

O SR. NEIVO BERALDIN (**Pela Ordem**)

Para discutir, senhor presidente!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Foi solicitado para discutir, **fica adiado para Sessão de amanhã**. Mas nada impede de amanhã - quero alertar aos senhores parlamentares - se colocar na pauta antes da votação de amanhã, da forma que está sendo feito hoje.

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Com relação à transformação do Plenário em Comissão Geral no dia de amanhã, só para entender e não restar dúvida, qual foi o encaminhamento de V. Exa?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

O requerimento solicitando que transforma em Comissão Geral, foi adiado para ser votado amanhã. Mas, esta Presidência vai anunciar na Ordem do Dia de amanhã, os projetos sobre a privatização da Copel.

O SR. NEIVO BERALDIN (**Pela Ordem**)

Evidentemente que usei um instrumento regimental, pedindo para discutir.

Amanhã teremos uma Sessão normal, e após a Sessão normal, serão lidos os requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Não é assim o nosso entendimento.

V. Exa. não pode determinar o que a Presidência tem que fazer.

A Presidência irá cumprir o Regimento Interno da Casa. Se ferirmos algum item do Regimento, V. Exa. terá condições de questioná-lo.

O SR. NEIVO BERALDIN

Senhor presidente, evidentemente que hoje, ao encerrar a Sessão, diz o Regimento que Vossa Excelência deve colocar, anunciar os projetos que serão discutidos amanhã.

Tradicionalmente, a Sessão se constitui assim: o Pequeno Expediente, Grande Expediente, Horário de Liderança, Ordem do Dia e após os requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Hoje não fizemos desta forma, nobre deputado. Nós colocamos os requerimentos antes. É uma possibilidade que existe dentro do Regimento e os colocamos em votação, antes da Ordem do Dia.

E quero informá-lo que o projeto popular hoje passou pelas comissões: está plenamente em condições de vir a plenário amanhã.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 01

VOTAÇÃO EM:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 590/99, de autoria do deputado Elio Lino Rusch, que cria a Circunscrição Regional de Serviços do Detran, no município de Cafelândia. **Aprovado.**

ITEM 02

VOTAÇÃO EM:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 065/2000, de autoria do deputado Antonio Baratter, que cria o Pólo Cinematográfico, com sede no município de Cascavel, com o objetivo de fomentar, profissionalizar, desenvolver e incentivar as atividades cinematográficas da Região Oeste e do Estado do Paraná e dá outras providências. **Aprovado.**

ITEM 03

VOTAÇÃO EM:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 222/2000, de autoria do deputado Orlando Pessuti, que declara de Utilidade Pública Estadual o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ivaiporã - PR, com sede e foro no município de Ivaiporã. **Aprovado.**

ITEM 04

VOTAÇÃO EM:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 195/2001, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 016/2001, que objetiva reemitir os créditos tributários relativos ao IPVA, lançados até 31/12/2000, cujos valores atualizados sejam iguais ou inferiores a R\$55,50 (cinquenta e cinco reais e cinquenta centavos). **Aprovado.**

ITEM 05

VOTAÇÃO EM:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 222/2001, de autoria do deputado Luiz Fernandes Litro, que declara de Utilidade Pública Estadual o Provopar do município de Foz do Jordão, com sede e foro na mesma municipalidade e dá outras providências. **Aprovado.**

ITEM 06

VOTAÇÃO EM:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 257/2001, de autoria do deputado Edson Strapasson, que declara de Utilidade Pública o Centro de Recuperação e Apoio Shalton House, com sede e foro em Pinhais - PR. **Aprovado.**

ITEM 07

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 104/2000, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, que cria o Programa Suplementar de Informatização de Escolas e Creches. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CECE. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 08**VOTAÇÃO EM:**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 403/2000, de autoria do deputado Moysés Leônidas, que autoriza a Universidade Estadual de Londrina - UEL, a alienar bens de seu patrimônio. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CECE E COPTC. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado o projeto, artigo por artigo.**
Emenda da CCJ - **Aprovada.**

ITEM 09**VOTAÇÃO EM:**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 123/2001, de autoria do deputado Divanir Braz Palma, que dispõe que os créditos tributários referentes ao IPVA, as multas de trânsito estaduais e a taxa de estadia do Detran, poderão ser parcelados em até 12 (doze) vezes, conforme especifica. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 10**VOTAÇÃO EM:**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 169/2001, de autoria do deputado Plauto Miró Guimarães Filho, que declara de Utilidade Pública o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ribeirão Claro, com sede e foro no município de Ribeirão Claro, Estado do Paraná. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado.**

ITEM 11**VOTAÇÃO EM:**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 263/2001, de autoria do deputado Cesar Seleme, que declara de Utilidade Pública Estadual o Rocio Futebol Clube, do município de Palmeira, com sede e foro no mesmo município. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado.**

ITEM 12**VOTAÇÃO EM:**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 284/2001, de autoria do deputado Valdir Rossoni, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Pequenos Agricultores do Tigre, com sede no município de Guamiranga e foro na comarca do município de Imbituva. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado.**

ITEM 13**VOTAÇÃO EM:**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 297/2001, de autoria do deputado José Maria Ferreira, que declara de Utilidade Pública a Associação de Artesãos de Primeiro de Maio, do município de Primeiro de Maio, com sede e foro na cidade de Primeiro de Maio, no Estado do Paraná. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado.**

ITEM 14**VOTAÇÃO EM:**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 298/2001, de autoria do deputado Hermas Brandão, que declara de Utili-

dade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede no município de Ventania e foro no município de Tibagi. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado.**

ITEM 15**VOTAÇÃO EM:**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 191/2000, de autoria do deputado Hermas Brandão. Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Idosos e Aposentados de Ibaiti - AIAI, com sede e foro no município de Ibaiti. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Requerimento nº 2435, de autoria do senhor deputado Beraldin, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. DURVAL AMARAL

Verificação de votação, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Será realizada a verificação de votação.

O SR. NEIVO BERARDIN (Para Encaminhar)

Senhor presidente, senhores deputados.

Esse requerimento, julgo dos mais importantes da Sessão de hoje, pelo menos pelo que vi pessoalmente na barragem do Rio Iraí. E não quero acreditar, sinceramente, que os deputados que dão sustentação ao Governo, queiram rejeitar ou deixar de votar um requerimento de tamanha importância, porque estamos tratando da água que vem para a população de Curitiba e para a região metropolitana.

Portanto, requeiro ao senhor líder do Governo e aos senhores deputados que compõem a Base de Sustentação do Governo, que aprove esse requerimento, porque se trata de um assunto muito importante e a Assembleia Legislativa, que é a Casa do povo, não pode deixar de discutir um tema igual a esse.

O SR. DURVAL AMARAL (Pela Ordem)

Senhor presidente, eu gostaria que fosse lido o inteiro teor do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Solicito ao 1º Secretário a leitura.

**O SR. 1º SECRETÁRIO (Valdir Rossoni)
(Realiza a leitura do requerimento)****O SR. DURVAL AMARAL (Pela Ordem)**

Senhor presidente, dispense a leitura do requerimento, e vamos votar por sua aprovação.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Para Encaminhar)

Senhor presidente, na semana passada, já foi rejeitado um requerimento do deputado Algaci Tulio. Hoje

temos o requerimento do deputado Neivo, e por aquilo que podemos observar de alguns deputados da Base Governista, inicialmente iriam rejeitar o requerimento e agora o encaminhamento novo, do deputado Durval Amaral, é pela aprovação.

Olha, se existe uma questão com a qual não podemos brincar e fazer jogo de Oposição e Situação, é com a vida das pessoas. E a água é a vida de todos nós. Eu sempre, por onde tenho andado e aprendido alguma coisa, aprendi que a maior parte da constituição do nosso organismo é feito de água e portanto, dependemos dela para que nossa vida permaneça.

Na semana passada, quando o requerimento do Algaci Tulio foi rejeitado, tive a oportunidade de ir à inauguração de uma loja, aqui em Curitiba, a Colombo, no Polo Shopping Estação, e lá pelo menos umas dez pessoas vieram reclamar no sentido de que este deputado tomasse providências para que o problema da água fosse resolvido.

Por já ter lido alguma coisa a respeito, também, sabemos que a Portaria, se não me engano, trinta e seis, do Ministério da Saúde, estabelece que ao se firmar um contrato, a Sanepar assegura a qualidade da água, sem odor, sem sabor, cristalina e límpida e nada disso está acontecendo - a reclamação é generalizada.

O deputado Neivo faz um apelo para que esta Casa aprove o seu requerimento e ele venha, aqui, na Comissão de Ecologia.

Senhor presidente, entendo que é muito pouco a vinda do Dr. Carlos Teixeira, na Comissão de Ecologia. Poderíamos aproveitar amanhã, quando teremos aqui certamente centenas de pessoas que defendem a venda da Copel e centenas de pessoas que defendem a não venda da Copel, para que pudessem ouvir o presidente Carlos Teixeira, da Sanepar, o que está acontecendo com a nossa água. A convocação está muito solta, deputado Neivo. Pedem para convocá-lo à Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, não dizendo dia, horário, quando que isso vai acontecer.

Faço um apelo aos deputados Neivo e Amaral: entendam-se nesta questão, e que se ajuste, se não para amanhã, para quarta-feira, neste Plenário, a presença do presidente da Sanepar, porque água é vida. Com a vida, senhor presidente, não poderemos nós, seja da Situação ou da Oposição, brincar.

O SR. RICARDO CHAB

Senhor presidente, para encaminhar.

(Assentimento)

Eu gostaria de deixar claro aqui uma posição. Na semana que passou, nesta Casa, já levávamos ao conhecimento, com relação à questão da água. Vou um pouquinho mais além do que disse o deputado Orlando Pessuti. Acho que nesse momento, a Sanepar não deveria cobrar uma conta, que foi motivo de requerimento meu, das pessoas que estão recebendo essa água que, hoje em espe-

cial, acho que é imprópria para o consumo humano, devido ao forte odor.

Quero deixar claro, nesta Casa, quando fornece a água, para o cidadão, a Sanepar faz com que o consumidor assine, comprometendo-se a cuidar do hidrômetro e de pagar a conta mensalmente. Em contrapartida, diz que vai servir ao consumidor uma água límpida, cristalina, inodora e incolor. Isso não está acontecendo, senhor presidente.

Acho mais do que oportuna a convocação do presidente da Sanepar, para vir a esta Casa prestar contas, com relação à situação muito precária dessa água, que serve a cerca de um milhão e cem mil lares, em Curitiba e região metropolitana. Não são todos os lares, que recebem essa água mal cheirosa; são um milhão e cem mil lares. A Sanepar deveria, nesse momento, ter um gesto de grandeza, abrindo mão dessa cobrança. As pessoas estão comprando água mineral, para fazer o seu alimento. Há pessoas que compram água mineral para poder tomar banho, devido ao cheiro muito forte da água.

Acho oportuno, sim. Quero pedir que convoquemos o presidente da Sanepar, deputado Neivo Beraldin, para o Plenário e não para a Comissão, para que o Plenário discutisse isso com o presidente da Sanepar, Dr. Carlos Teixeira, para que ele viesse responder não só aos membros da Comissão de ecologia e, sim, a todos nós. A situação, hoje, é muito delicada.

Senhor presidente, o Jornal do Brasil traz hoje uma notícia de primeira página, dizendo que as algas de uma represa do Rio de Janeiro são tóxicas. Não sei se as algas que estão lá, são as mesmas que proliferam na Represa do Iraí.

Por isso, acho que a preocupação está muito acima da questão partidária, da questão, como colocou muito bem, o deputado Pessuti, de Oposição ou Situação, é uma questão de saúde pública. Em se tratando de saúde pública não podemos brincar.

Muito obrigado, senhor presidente.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS

Senhor presidente, pela ordem.

(Assentimento)

Quero fazer uma sugestão aqui, ratificando a do deputado Ricardo Chab e parabenizo o deputado Neivo Beraldin, pela sua perseverança nessa questão, ampliando, além da presença do presidente da Sanepar, o Teixeira que venha com toda a diretoria da Sanepar aqui, porque nos momentos que nós participamos de reuniões na Comissão Especial, em que o Dr. Teixeira esteve presente, ele teve dificuldades de responder algumas perguntas. Então, é importante que venha aqui toda a diretoria, inclusive o francês!

O SR. NEIVO BERARDIN (Pela Ordem)

Senhor presidente, faço a questão de ordem ouvindo os deputados que desejam que o presidente e toda a diretoria da Sanepar estejam aqui, eu solicitei a

mudança no meu requerimento, convocando-os para o dia 20, segunda-feira próxima, também a empresa que fez o preparo ao serviço de terraplenagem, de preparo do solo, não só a empreiteira que ganhou a solicitação, mas sobretudo aquela que foi responsável, todas.

Então era esse encaminhamento e essa questão de ordem que queria encaminhar a V. Exa., que seja assim então o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está em votação o requerimento.

Os deputados que aprovam permaneçam como estão.

Aprovado.

Requerimento nº 2437, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Em Discussão.**

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimentos nºs 2438 e 2439, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2440, de autoria do senhor deputado Duílio Genari, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2442 a 2447, de autoria do senhor deputado Algaci Tulio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2451, de autoria dos senhores deputados Irineu Colombo, Nereu Moura, Renato Gaúcho, Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca e demais deputados, constantes do expediente. **Retirado pelo Autor.**

Requerimento nº 2469, de autoria dos senhores deputados Fernando Ribas Carli e Moysés Leônidas, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. NEREU MOURA (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, esse requerimento foi fruto de um outro que apresentamos na semana passada. Quero pedir à Mesa que, em função de um requerimento apresentado pelo deputado Ribas Carli, que tem o mesmo teor do nosso requerimento, mas um pouco mais abrangente porque visa investigar todas as instituições de ensino superior do Paraná que estejam com denúncias de irregularidades.

Desta forma, senhor presidente, no acordo que fizemos com o deputado Ribas Carli, apenas não concordamos com o prazo de duração do requerimento de 120 dias, e lhe solicitamos que reduza de 120 dias para 60 dias, e nós então retiramos o nosso requerimento em apoio ao do deputado Ribas Carli.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI (**Questão de Ordem**)

Como relatou o nobre deputado Nereu Moura, nós concordamos que o prazo estipulado para investigação, que está no nosso requerimento de 120 dias, se reduza para 60 dias, e caso seja necessário, há concordância também que nós podemos dilatar esse prazo.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Consulto o deputado Nereu Moura se vai retirar...

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, o requerimento do deputado Ribas Carli está com problema, porque é uma Comissão Especial de Investigação e não uma CPI.

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Só para esclarecimento, deputado Nereu Moura, o seu requerimento também é uma Comissão Especial de Investigação e não uma CPI.

Os dois têm o mesmo objetivo e estão amparados pelo Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

O que tenho de Vossa Excelência aqui: requer uma condição de Comissão Especial, composta sete membros e com prazo de 60 dias, para apurar denúncias de fraudes e desvios de recursos públicos pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

Não é CPI.

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

O requerimento do deputado Ribas Carli, no cabeçalho diz o seguinte: - "Requer a condição de Comissão Especial de Investigação CPI..."

Então, o que tem que retirar, é a palavra "CPI".

O SR. DURVAL AMARAL

Perfeitamente, está errado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Peço então ao deputado Ribas Carli, que faça alteração no seu requerimento.

Consulto o deputado Nereu Moura se retira o requerimento.

O SR. NEREU MOURA

Retiro.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está retirado.

O SR. RIBAS CARLI

Não haverá problema; nós faremos a retificação. Na verdade, nós queremos a instalação de uma Comissão Especial de Investigação, tendo em vista que já podere-

mos iniciar os trabalhos imediatamente. Se fosse a instalação de uma CPI, nós teríamos que aguardar a vez.

Peço escusas pelo erro cometido, mas também queria aqui nesse momento realçar que esse requerimento não é só de minha autoria, também tem a autoria do nobre e ilustre deputado Moysés Leônidas, que representa a cidade de Londrina, que sedia a Universidade Estadual de Londrina, que também contém denúncias na imprensa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Só gostaria que V. Exa. fizesse alteração aqui, de próprio punho, estabelecendo prazo de 60 dias.

Requerimento nº 2457, de autoria do senhor deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. **Deferida a inscrição para o dia 14.**

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 2463, de autoria do senhor deputado Caíto Quintana, constante do expediente. **Em Discussão.**

O SR. DURVAL AMARAL

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno

Requerimento nº 2468, de autoria do senhor deputado Durval Amaral, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

O SR. NEREU MOURA (**Para Encaminhar**)

Essa Mensagem de Lei, qual que é, senhor presidente?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Que dispõe sobre o recurso do Fundo de Desenvolvimento Urbano dos Municípios, quando integralizarem o Capital da Agência de Fomento.

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, não tem cabimento esta Casa votar o regime de urgência para um projeto de lei de grande envergadura. O governador Jaime Lerner é acostumado a fazer esta Casa engolir goela abaixo todos os seus desejos.

Esse projeto de lei, esta Casa acabou de aprovar, aqui, um substitutivo do eminente deputado José Maria Ferreira, normatizando o funcionamento da Agência de Fomento do Paraná. E o Governador Jaime Lerner enca-

minha esse projeto de lei para a Assembléia Legislativa, e num tempo recorde, já se pretende regime de urgência para tratar de um assunto de grande importância, senhor presidente, na verdade o que diz a Mensagem do governador? “Os recursos do Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano, ao financiamento de ações voltadas ao desenvolvimento urbano das municipalidades, órgãos e entidades da administração pública paranaense, quando integralizarem o capital da Agência de Fomento do Paraná, serão aplicados através das municipalidades e não integrarão a base de cálculo para efeito do parágrafo único da Lei 11714 do dia 19 de julho de 1997. “Isso significa dizer que está se buscando uma válvula para mudar a lei que nós criamos, aqui, deputado Waldyr Pugliesi. Onde nós disciplinamos a questão do funcionamento da agência de fomento do Estado do Paraná, ligada à Secretaria da Fazenda. E uma lei complexa como esta, se pretende regime de urgência, não tem cabimento! E por isso nós pleiteamos à Assembléia Legislativa, que não aprovemos o regime de urgência, para que os deputados tenham conhecimento daquilo que vão votar e não se vote no afogadilho, na pressa, engolindo tudo que se vem do Palácio Iguaçu.

Por isso, nós do PMDB, encaminhamos contrariamente ao regime de urgência.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Senhor presidente, quero fazer um apelo à Liderança do Governo, para que seja razoável e que possamos fazer o adiamento da discussão deste projeto. Veja bem, nesta semana que nós temos todo o nosso tempo ocupado pelo problema da Copel, não é salutar que venhamos a fazer o atropelamento de todas essas matérias.

Parece-me que estamos, aqui na Casa com um efeito Copel. Parece-me até uma infecção: é a urgência aguda. O Governo lerdo, moroso, preguiçoso.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Só para comunicar a V. Exa. que o líder do Governo veio comunicar a retirada do requerimento.

O SR. WALDYR PUGLIESI

É o apelo que eu estava fazendo. E quero agradecer ao líder do Governo, porque é isso que estou falando, parece que estamos com uma infecção: a urgência aguda. Tudo tem que ser urgência. Ainda mais neste momento! Não se justifica! Foi uma decisão equilibrada do líder do Governo e quero cumprimentá-lo por isso.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Retirado pelo autor.

Requerimento nº 2423, de autoria do senhor deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2424 e 2425, de autoria do senhor deputado Cesar Seleme, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2426, de autoria do senhor deputado Divanir Braz Palma, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2428, de autoria do senhor deputado Nelson Tureck, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2429 a 2432, 2454 a 2456, 2459 e 2460, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2452, 2453 e 2466, de autoria do senhor deputado Eli Ghellere, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2458, de autoria do senhor deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2467, de autoria do senhor deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. **Em Discussão.**

UM SR. DEPUTADO (**Pela Ordem**)

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 2462, de autoria do senhor deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2464 e 2465, de autoria do senhor deputado Caíto Quintana, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2416, de autoria do senhores deputados Ademir Bier, Irineu Colombo, Waldyr Pugliesi, Luciana Rafagnin e demais deputados, constante do expediente de Sessão anterior. **Rejeitado.**

O SR. DURVAL AMARAL

Verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

26 Srs. deputados Rejeitam e 24 Srs. deputados Aprovam: **Rejeitado.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 14, à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 240, 248 e 174/2001.

Levanta-se a Sessão.

Ato da Diretoria Geral:

O diretor geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e de acordo com o Artigo 246 do Regimento Interno, tendo em vista o estabelecido no Artigo 13 da Lei 13030 de 28 de dezembro de 2000,

R E S O L V E :

PORTARIA Nº 027/2001 - DAT

Ajustar o Orçamento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovado pela Lei nº 13030 de 28 de dezembro 2000 nas rubricas abaixo:

REDUÇÃO DE DESPESA:

Código	Fonte	Valor
33908000	000	2.097.000,00

ACRÉSCIMO DA DESPESA:

Código	Fonte	Valor
33903700	000	2.097.000,00

Gabinete da Diretoria Geral, 10.08.2001.

(aa) ABIB MIGUEL

Visto:

VALDIR ROSSONI

1º Secretário

COMISSÃO DE REDAÇÃO
3ª SESSÃO LEGISLATIVA- 14ª LEGISLATURA
ATA DA 32ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos sete dias do mês de agosto do ano de dois mil e um, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se, a Comissão de Redação, sob a presidência do deputado Algaci Tulio. Havendo número legal, o senhor presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a ata da reunião anterior, passando em seguida para a ordem do dia, quando o deputado Antonio Carlos Belinati, apresentou redação final aos seguintes Projetos de Lei nº 590/99, 065/2000, 222/2000, 393/2000, 195/2001, 222/2001 e 257/2001, que foram aprovados sem observações. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente para que produza os efeitos legais.

(a) ALGACI TULIO - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO
3ª SESSÃO LEGISLATIVA- 14ª LEGISLATURA
ATA DA 32ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos oito dias do mês de agosto do ano de dois mil e um, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se, a Comissão de Redação, sob a presidência do deputado Algaci Tulio. Havendo número legal, o senhor presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a ata da reunião anterior, passando em seguida para a ordem do dia, quando o deputado Antonio Carlos Belinati, apresentou redação final

aos seguintes Projetos de Resolução nº 002/2000 e 031/2000 e Projetos de Lei nº 391/2000 e 088/2001, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente para que produza os efeitos legais.

(a) ALGACI TULIO - Presidente
Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária